



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Especial de Licitações - SUPEL-COESP

ADENDO

ADENDO MODIFICADOR II

Chamamento Público Nº. 90083/2025/COESP/SUPEL/RO.

Processo Administrativo SEI Nº. 0036.002508/2024-11

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

Objeto do Chamamento: Credenciamento para aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, conforme quantidades, condições e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência.

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através da Presidente nomeada na Portaria n.º 178 de 09 de julho de 2025, torna público aos interessados e, em especial, as empresas que retiraram o edital, as seguintes alterações:

Considerando a necessidade técnica para garantir o acesso adequado e oportuno aos serviços de saúde da população SUS na região, torna-se imprescindível a ampliação da capacidade de contratação da aquisição de material de consumo (HEMODIÁLISE), presumindo a demanda projetada para a região, considerando sua população e as necessidades específicas de saúde, previstas no Termo de Referência.

Portanto, a ampliação da capacidade de contratação é justificada pela necessidade de atender ao aumento significativo na demanda, onde se verificou a ausência de interessadas em se credenciar para o fornecimento do objeto deste certame, ou a apresentação de valores incompatíveis com os limites fixados pela Tabela CMED, concluindo-se, após tratativas com potenciais fornecedores, que tal ausência de interesse está diretamente relacionada à exigência de que os custos de frete e seguro estivessem incluídos nos valores dos produtos.

A ampliação visa assegurar a qualidade do atendimento e a resolutividade dos casos, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde da região, assegurando recursos suficientes para atender às necessidades da população e garantir o pleno funcionamento dos serviços. Esta ampliação é essencial para cumprir os compromissos com o SUS e assegurar o direito à saúde da população.

Diante da necessidade, insere-se no Termo de Referência n.º **0060809822**, especificamente no item **3.2.6. (Especificação e estimativas das quantidades a serem contratadas)**, a seguinte alteração:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MENSAL EM LITROS	QUANTITATIVO ANUAL EM LITROS
01	SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE, COMPONENTES SOLUÇÃO ÁCIDA DE POLIELETROLÍTICO (CÁLCIO (CA 3 a 3,5); POTÁSSIO (K 2); SÓDIO (NA 138), ambos nas concentração MEQ/ L SOL HEMO; SEM GLICOSE; DILUIÇÃO 1:44)	GALÕES DE 5 ou 6 LITROS	22.500 LITROS	270.000 LITROS
02	SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE (BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%), COMPONENTES ADICIONAIS, FRAÇÃO BÁSICA, SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA	GALÕES DE 5 ou 6 LITROS	27.500 LITROS	330.000 LITROS

Fonte: Documento de Oficialização de Demanda 30 (id. 0048686190)

Ajustes:

Capacidade dos Galões: Ampliação para galões de 5 ou 6 litros, atendendo à demanda crescente e garantindo a continuidade do serviço.

A quantidade de solução a ser adquirida será ajustada conforme a demanda futura e as necessidades específicas que possam surgir durante o período de vigência da contratação, assegurando o fornecimento adequado e contínuo.

Demais Cláusulas:

As demais cláusulas e condições do Termo de Referência nº **0060809822**, e seus adendos modificadores, permanecem inalteradas.

O Edital atualizado com o novo Termo de Referência, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis para consulta e retirada, gratuitamente, no site: <https://rondonia.ro.gov.br/supel/>. Os licitantes que já o baixaram, deverão fazê-lo novamente para conhecimento das alterações realizadas. Considerando que as alterações influenciam na participação ou não de licitantes. Permanecem inalteradas todas as demais condições previstas no edital e seus anexos.

Porto Velho, 28 de julho de 2025.

LUCIANA PEREIRA DE SOUZA

Presidente da Comissão Especial de Licitações – COESP
Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pereira de Souza**, Presidente, em 28/07/2025, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062672582** e o código CRC **7ABB99AC**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0036.002508/2024-11

SEI nº 0062672582



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Especial de Licitações - SUPEL-COESP

ADENDO

ADENDO MODIFICADOR I

Chamamento Público N°. 90083/2025/COESP/SUPEL/RO.

Processo Administrativo SEI N°. 0036.002508/2024-11

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

Objeto do Chamamento: Credenciamento para aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, conforme quantidades, condições e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência.

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através da Presidente nomeada na Portaria n.º 178 de 09 de julho de 2025, torna público aos interessados e, em especial, as empresas que retiraram o edital, as seguintes alterações:

Utilizamos-nos do presente para esclarecer o que se segue.

Trata-se de processo de credenciamento instaurado com fundamento no art. 79, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021, cujo objeto consiste na futura e eventual aquisição de soluções para hemodiálise, com vistas ao atendimento das unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde — SESAU/RO.

Após a publicação do Chamamento público n.º 90083/2025/COESP/SUPEL/RO, mesmo com o encaminhamento de e-mail a todas as fornecedoras constantes em nosso banco de dados, verificou-se a ausência de interessadas em se credenciar para o fornecimento do objeto deste certame, ou a apresentação de valores incompatíveis com os limites fixados pela Tabela CMED, concluindo-se, após tratativas com potenciais fornecedores, que tal ausência de interesse está diretamente relacionada à exigência de que os custos de frete e seguro estivessem incluídos nos valores dos produtos.

Conforme inicialmente previsto no Termo de Referência, a responsabilidade pelo frete e seguro recaía integralmente sobre os fornecedores, na modalidade CIF (Cost, Insurance and Freight – custo, seguro e frete inclusos no valor do produto), o que exigia que tais despesas fossem diluídas no preço unitário dos itens. No entanto, tendo em vista os limites impostos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos — CMED, os fornecedores manifestaram dificuldade em absorver esses custos logísticos sem ultrapassar os valores máximos permitidos, considerando a logística para o fornecimento à região norte do país, o que acabou inviabilizando sua participação ou resultando em propostas superiores ao regulado.

Diante disso, e visando viabilizar a ampla participação de interessados, promover a economicidade e garantir a regularidade do abastecimento, decidiu-se pela adoção da modalidade FOB (Free on Board – frete e seguro sob responsabilidade do comprador), com a consequente inclusão de um item específico destinado à apresentação de proposta referente ao frete e seguro, quando necessário, de forma separada dos valores dos produtos.

Nesse formato, o julgamento das propostas observará o menor valor global, composto pela soma dos valores de todos os itens, quais sejam: item 01 - SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE, item 02 - SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE e do item 03 - frete e seguro, respeitados os parâmetros de vantajosidade estabelecidos.

Tal medida se mostra adequada à natureza do credenciamento em mercados fluidos, não compromete a lógica do processo e permite maior aderência à realidade logística do fornecimento.

Cumpramos esclarecer que alternativas, como a previsão de percentual fixo sobre o valor contratado, a reserva orçamentária prévia para reembolso de frete, ou ainda a regionalização da entrega com formação de lotes descentralizados, foram consideradas pela equipe técnica. No entanto, tais soluções se mostraram inadequadas ao presente caso, seja pela dificuldade de padronização dos custos logísticos diante das rotas variáveis de entrega, seja pela complexidade de sua operacionalização dentro da sistemática do credenciamento em mercados fluidos, cujo modelo tem por característica central a contratação por demanda, com ampla flexibilidade e ausência de quantitativos previamente fixados.

Assim, optou-se por inserir o item de frete e seguro como proposta autônoma e integrante do julgamento, solução que se harmoniza com a natureza do credenciamento, resguarda a vantajosidade da contratação e amplia a atratividade do certame para potenciais fornecedores, sem prejuízo ao controle e à economicidade.

Ante o exposto, os itens referentes ao Termo de Referência (0060809822) indicados abaixo, passam a vigorar da seguinte forma:

ITEM 3. DOS OBJETIVOS, OBJETOS, UNIDADES FAVORECIDAS E QUANTIDADES COM MEMÓRIA DE CÁLCULO

[...]

Item 3.2.6. Especificação e estimativas das quantidades a serem contratadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MENSAL	QUANTITATIVO ANUAL
01	SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE, COMPONENTES SOLUÇÃO ÁCIDA DE POLIELETROLÍTICO (CÁLCIO (CA 3 a 3,5); POTÁSSIO (K 2); SÓDIO (NA 138), ambos nas concentração MEQ/ L SOL HEMO; SEM GLICOSE; DILUIÇÃO 1:44)	GALÕES DE 5 LITROS	4.500	54.000
02	SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE (BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%), COMPONENTES ADICIONAIS, FRAÇÃO BÁSICA, SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA	GALÕES DE 5 LITROS	5.500	66.000
03	FRETE E SEGURO	VOLUME	-	-

[...]

3.2.9. Será adotada a modalidade de frete **FOB**, no qual o frete e seguro ficam sob responsabilidade do comprador, logo, o Estado assume os custos de transporte e seguro em item específico, havendo a vinculação entre os itens (produto + entrega), garantindo assim o equilíbrio da proposta. Durante a rodada de lances, prevista no item 8.11, serão delimitados os quantitativos dos itens 01 e 02, conforme a necessidade da Secretaria e o frete conforme capacidade de armazenamento das unidades.

3.2.10. O objetivo é garantir a flexibilidade necessária para que outros pedidos de soluções possam ser realizados conforme novas demandas sejam

identificadas, assegurando assim a continuidade e a qualidade da assistência prestada à unidade hospitalar. Esta abordagem permite uma adaptação ágil e eficaz diante de eventuais variações no consumo de medicamentos, promovendo uma gestão eficiente dos recursos de saúde.

ITEM 06. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO

6.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá dividir o objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à contratação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

6.2. O parcelamento do objeto é, via de regra, recomendado, desde que a divisão seja compatível com a natureza do objeto, os requisitos técnicos e a disponibilidade orçamentária. No entanto, no presente caso, a contratação do objeto parcelado por item não se revela a alternativa mais vantajosa para a Administração.

6.3. A aquisição da solução para hemodiálise (itens 01 e 02) está diretamente vinculada à logística de entrega (item 03 – frete e seguro), tendo em vista que se trata de insumo essencial, de uso contínuo e que será distribuído a diversas unidades de saúde espalhadas pelo Estado. Assim, a modalidade de frete CIB (custos incluídos no valor do item) revela-se inviável, podendo ocasionar a frustração do certame e, consequentemente, desassistência dos pacientes, tendo em vista dificuldade de potenciais fornecedores absorver esses custos logísticos sem ultrapassar os valores máximos fixados pela CMED, considerando a logística para o fornecimento à região norte do país, o que poderia inviabilizar a participação ou propostas compatíveis ao regulado.

6.4. Com a adoção da modalidade de frete **FOB**, no qual o frete e seguro ficam sob responsabilidade do comprador, logo, o Estado assume os custos de transporte e seguro em item específico, a vinculação entre os itens (produto + entrega) se torna ainda mais relevante para garantir o equilíbrio da proposta. Nesse contexto, a divisão dos itens de forma isolada para julgamento e contratação poderia inviabilizar o fornecimento, gerar pulverização contratual, dificultar a mensuração da despesa total, além de comprometer a execução coordenada do objeto e economicidade da contratação.

6.5. Assim, opta-se pela **contratação por lote único**, considerando os três itens (solução ácida, solução básica e frete/seguro), com julgamento pelo **menor valor global do lote**. Tal medida assegura:

- a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- a preservação da economicidade e do equilíbrio financeiro da contratação;
- a execução logística coordenada e eficiente;
- a atratividade do certame para fornecedores, especialmente considerando os limites regulatórios de preço.

6.6. Dessa forma, restando demonstrada a inviabilidade técnica e econômica do parcelamento por item, justifica-se a adoção do critério de julgamento **por menor preço por lote**, sendo os quantitativos dos itens 01 e 02 limitados a necessidade da Secretaria e o frete conforme capacidade de armazenamento das unidades, formado pelo conjunto dos itens necessários à execução integral do objeto.

ITEM 8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.11.8.1. A primeira tentativa de compra será lançada com definição de prazo fixo para o fornecimento de 10 dias, ficando as credenciadas cientes de que concorrerão pelo critério de menor preço por lote e maior quantidade ofertada por item, até o limite da demanda da Secretaria.

[...]

8.11.9.2. Se qualquer credenciada ofertar a quantidade necessária pelo menor preço do lote, será declarada vencedora.

[...]

8.11.10.2. Se qualquer credenciada ofertar a quantidade necessária pelo menor preço do lote, será declarada vencedora.

ITEM 9. MODELO EXECUÇÃO DO OBJETO

9.2. Local de Destinação e Utilização do Objeto:

9.3. Os medicamentos solicitados neste termo de referência serão utilizados nas cidades de Porto Velho, Ariquemes e Cacoal, devendo a entrega ser realizada em Porto Velho e Ariquemes, nos endereços descritos abaixo, o quais serão discriminados na solicitação, no momento da emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho.

9.4. A distribuição dos medicamentos destinados ao município de Cacoal ficará sob responsabilidade da Coordenadoria de Gestão de Assistência Farmacêutica – SESAUCGAF, localizada em Porto Velho.

Aquisição de material de consumo (HEMODIÁLISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
PORTO VELHO/RO	Coordenadoria de Gestão de Assistência Farmacêutica – SESAUCGAF Rua Aparício de Moraes, 4338 Bairro Industrial, CEP: 76.821-240. Telefone (69) 3216-8569 /3216-8592 - de Segunda a Sexta-Feira das 7h30min às 13:00h, sob a supervisão dos membros da Comissão de Recebimento da Central de Abastecimento Farmacêutico I - CAFI/CGAF/SESAUC-RO.

Aquisição de material de consumo (HEMODIÁLISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
ARIQUEMES/RO	Centro de Diálise de Ariquemes, situado na Rua Capitão Silvío, número 3578, no Bairro Industrial, CEP 76.872-899, em Ariquemes/ RO, durante o horário comercial de funcionamento das 08h00min às 15h00min, de segunda a quinta-feira, e das 08h00min às 13h00min nas sextas-feiras.

ITEM 11. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (ESTIMATIVA DE DESPESA)

11.1. A estimativa dos valores a serem contratados foi realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços, pertencente a essa Secretaria de Estado da Saúde, através do Relatório de Pesquisa de Preços das Soluções (0060872426), e do transporte (0062440709) onde concluiu que o valor estimado mensal para as soluções é de R\$ 195.225,00 (cento e noventa e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais), e o valor estimado mensal para o transporte é de R\$ 133.046,66 (cento e trinta e três mil quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

conforme exposto abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	BANCO DE PREÇOS 01	BANCO DE PREÇOS 02	BANCO DE PREÇOS 03	BANCO DE PREÇOS 04	BANCO DE PREÇOS 05	MENOR VALOR	VALOR MÉDIO	VALOR MEDIANO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
01	SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE, COMPONENTES SOLUÇÃO ÁCIDA DE POLIELETROLÍTICO (CÁLCIO (CA 3 a 3,5); POTÁSSIO (K 2); SÓDIO (NA 138), ambos nas concentração MEQ/ L SOL HEMO; SEM GLICOSE; DILUIÇÃO 1:44)	GALÕES DE 5 LITROS	4.500	R\$ 21,39	R\$ 27,20	R\$ 21,39	R\$ 16,50	R\$ 21,95	R\$ 16,50	R\$ 22,41	R\$ 21,95	4,06	18,10%

02	SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE (BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%), COMPONENTES ADICIONAIS, FRAÇÃO BÁSICA, SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA	GALÕES DE 5 LITROS	5.500	R\$ 18,00	R\$ 17,90	R\$ 17,80	R\$ 17,50	R\$ 14,59	R\$ 14,59	R\$ 17,16	R\$ 17,80	1,45	8,44%
VALOR ESTIMADO R\$ 195.225,00 (cento e noventa e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais)													

QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇO															
0036.002508/2024-11															
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	PNCP (0062444879)		EMPRESAS				PREÇO DO MENOR (R\$)	PREÇO DA MEDIANA (R\$)	PREÇO DA MÉDIA (R\$)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	(%)
				V. Unitário 1 Quantidade do item 1	V. Unitário 2 Quantidade do item 2	Farmarin (0062450943)		NIPRO (0062450950)							
				Edital de Chamamento Público nº 03/2025 (item 4)	Edital de Chamamento Público nº 03/2025 (item 4)	V. Unitário 1 Item 01	V. Unitário 2 Item 02	V. Unitário 1 Item 01	V. Unitário 2 Item 02						
03	FRETE E SEGURO	VOLUME	7	R\$ 53.460,00	R\$ 65.340,00	R\$ 41.535,00	R\$ 55.385,00	R\$ 59.850,00	R\$ 66.550,00	R\$ 41.535,00	R\$ 57.617,50	R\$ 57.020,00	R\$ 9.199,83	16,13%	
VALOR TOTAL POR TRIMESTRE										R\$ 399.140,00					
VALOR TOTAL DOS TRIMESTRES										R\$ 1.596.560,00					

- 11.2. Sendo assim, com base na informação acima estabelecidas, podemos mensurar os seguintes valores ESTIMADOS abaixo:
- a) **VALOR MENSAL (SOLUÇÕES + TRANSPORTE)** : R\$ 195.225,00 + R\$ 133.046,66 = **R\$ 328.271,66 (trezentos e vinte e oito mil duzentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos).**
- b) **VALOR ANUAL (SOLUÇÕES + TRANSPORTE)**: R\$ 2.342.700,00 + R\$ 1.596.560,00 = **R\$ 3.939.260,00 (três milhões, novecentos e trinta e nove mil duzentos e sessenta reais).**

ITEM 15. DA PROPOSTA

Item 15.2. Na proposta deverão constar que no preço unitário e total para cada item que venham a ser adquiridos estarão incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

ITEM 21. DAS OBRIGAÇÕES

Item 21.2. Da Contratada:

- [..]
- 21.2.8. Ficarão a cargo da empresa vencedora os custos de impostos, taxas e etc., que venham a incidir sobre a aquisição objeto deste Termo de Referência;
- [...]
- 21.2.10. Os preços propostos deverão incluir custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhista, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

ITEM 23. DA CESSÃO, SUBCONTRATAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

23.1. É vedada a subcontratação, cessão e transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato, por parte da Contratada, com exceção do serviço de FRETE, o qual poderá (caso necessário) ser fornecido por empresa subcontratada.

O Edital atualizado com o novo Termo de Referência, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis para consulta e retirada, gratuitamente, no site: <https://rondonia.ro.gov.br/supel/>. Os licitantes que já o baixaram, deverão fazê-lo novamente para conhecimento das alterações realizadas. Considerando que as alterações influenciam na participação ou não de licitantes. Permanecem inalteradas todas as demais condições previstas no edital e seus anexos.

Porto Velho, 22 de julho de 2025.

LUCIANA PEREIRA DE SOUZA
Presidente da Comissão Especial de Licitações – COESP
Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pereira de Souza**, **Presidente**, em 22/07/2025, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062481580** e o código CRC **6FC14AF3**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Especial de Licitações - SUPEL-COESP

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº: 90083/2025/CEL/SUPEL/RO

AVISO DE LICITAÇÃO

A **Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL**, por meio da Comissão Especial de Licitação, nomeada por força das disposições contidas na **Portaria nº 107 de 27 de maio de 2025**, torna público que se encontra autorizada, a realização da licitação na modalidade **CHAMAMENTO PÚBLICO**, sob o **Nº. 90083/2025/CEL/SUPEL/RO**, tendo por finalidade Contratação de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO., conforme quantidades, condições e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência.

**PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº**

0036.002508/2024-11

OBJETO:

Credenciamento para aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas d o **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO., conforme quantidades, condições e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência.

PROGRAMA DE TRABALHO:

17.012.10.302.2069.4008 - MANTER ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NAS UNIDADES HOSPITALARES

NATUREZA DE DESPESA:

3.3.90.30 - Material de consumo

FONTE DE RECURSO:	1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde (Estadual) 2.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos do exercício anterior - Saúde (Estadual) 1.600.0.00001 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Federal) 2.600.0.00001 Superávit - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Federal)
APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS POR PARTE DOS INTERESSADOS	A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL DE SUA PUBLICAÇÃO.
LOCAL:	A apresentação da referida documentação ocorrerá por meio eletrônico, de forma e/ou de forma digitalizada em formato PDF via e-mail: coesp@supel.ro.gov.br, seguindo orientação do item 4 e seus subitens, do Instrumento Convocatório.
LOCAL: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP	
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site. https://rondonia.ro.gov.br/supel/ Mais informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Comissão Especial de Licitações, na Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, sito a Av. Farquar, nº 2.986 - Bairro Pedrinhas (Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos - 2º Andar) Telefone (69) 3212-9269 – CEP: 76.801-470 – Porto Velho – RO, ou via e-mail: coesp@supel.ro.gov.br	

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1. PREÂMBULO:

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão Especial de Licitação, designada por força das disposições contidas na **Portaria nº 107 de 27 de maio de 2025**, torna público aos interessados que se encontra autorizado e aberto, através do **processo no sistema eletrônico nº: 0036.002508/2024-11/SESAU**, Credenciamento para aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, conforme quantidades, condições e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência.

Tornar público aos interessados, que o procedimento auxiliar em epígrafe, fica disponível para **apresentação dos documentos por parte dos interessados a partir do primeiro dia útil de sua publicação.**

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Consulta e retirada das 07h:30min. às 13h:30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente nos endereços eletrônicos <https://rondonia.ro.gov.br/supel/> e [Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP](#).

A entrega da documentação deverá ser enviada em formato digitalizado (PDF) por meio eletrônico para o e-mail: coesp@supel.ro.gov.br, conforme orientações constantes no item 6 e seus subitens do Instrumento Convocatório.

2. DO OBJETO:

2.1. Credenciamento para aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, conforme quantidades, condições e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência.

3. DO OBJETIVO:

3.1. Os seguintes objetivos conforme descritos no **Termo de Referência - Anexo I do Instrumento Convocatório**, dentre eles são:

3.1.1. Credenciamento de empresas para aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO., conforme quantidades, condições e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO, DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO, LOCAL PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

4.1. **Descrição detalhada do Objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no subitem 3.2.6 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.2. **Do Valor Estimado para Contratação** ☐☐☐☐☐☐: Ficam aquelas estabelecidas no subitem 11.2 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.3. **Do Local:** Ficam aquelas estabelecidas no subitem 9.2 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.4. **Do Prazo:** Ficam aquelas estabelecidas no subitem 9.5 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.5. **Das Condições de Entrega:** Ficam aquelas estabelecidas no subitem 9.5.4 e demais subitens seguintes do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.6. **Da Forma e Critério de Seleção do Fornecedor:** Ficam aquelas estabelecidas no item 13 e seguintes do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.7. **Da Celebração do Contrato e Convocação para assinatura:** Ficam aquelas estabelecidas no subitem 9.7 e seguintes. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.8. **Da Vedação para participação:** Ficam aquelas estabelecidas no item 7 e subitem 7.3 e seguintes do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.9. **Da Especificação da Validade e Garantia do Material/Produto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 10 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO:

5.1. A qualquer tempo poderão ser solicitados esclarecimentos por escrito, cabendo a resposta à Comissão de Seleção que deverá prestar as informações. Os esclarecimentos poderão ser

solicitados via e-mail coesp@supel.ro.gov.br aos cuidados da Comissão de Seleção e/ou protocolados na Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaás Novos, 2º andar, situado na Av. Farquar, nº 2.986, Bairro Pedrinhas, CEP 76.820-470, Porto Velho – RO, das 07h30min às 13h30min.

5.2. Os pedidos de esclarecimentos e ou de impugnação deverão ser protocolados até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. (Art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

6.1. A apresentação dos documentos que se dará em uma única etapa com entrega de 02 (dois) envelopes, sendo o “Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” e “Envelope 02 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA”, **em formato digitalizado (PDF)** por meio eletrônico para o e-mail: coesp@supel.ro.gov.br aos cuidados da Comissão Especial de Licitações - COESP. Sendo necessária a divisão dos documentos em duas partes distintas, sendo a compilação dos documentos de habilitação e a compilação dos documentos da proposta rotulados externamente com os seguintes informes:

ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 90083/2025/CEL/SUPEL/RO – Credenciamento para aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO., conforme quantidades, condições e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência. **RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE**

ENVELOPE 02 – PROPOSTA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 90083/2025/CEL/SUPEL/RO – Credenciamento para aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO., conforme quantidades, condições e especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência. **RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE**

6.5. DO ENVELOPE 01 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

6.5.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.5.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.5.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

6.5.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.5.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.5.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

6.5.1.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

6.5.1.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

6.5.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.5.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva

6.5.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.5.2.1. Comprovação de regularidade fiscal por meio dos documentos a seguir relacionados:

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do MF (CNPJ/MF);
- II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do dispensado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III - Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social);
- IV - Certidão Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual;
- V - Certidão Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal;
- VI - Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440);

6.5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

6.5.3.1. **Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do CREDENCIADA, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo

de validade.

6.5.3.2. Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) CREDENCIANTE verificará se a CREDENCIADA teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

6.5.3.3. Caso a empresa CREDENCIADA não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a CREDENCIADA será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

6.5.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, ou o Balanço de Abertura caso a CREDENCIANTE tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que seja possível aferir se esta possui Patrimônio Líquido (Credenciante constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (Credenciante constituídos há menos de um ano), de **10% (dez por cento)** do valor estimado para o **CREDENCIAMENTO** no qual estiver participando.

6.5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.5.4.1. Em observância ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista a natureza dos objetos a serem adquiridos, cujo uso está diretamente vinculado à preservação da vida e à segurança de pacientes, a Administração considera justificável, por razões de boas práticas administrativas e mitigação de riscos, a exigência de comprovação de capacidade técnica.

6.5.4.2. A empresa pretensa fornecedora do objeto desta licitação deverá realizar comprovação de sua Capacidade Técnica por meio de documento oficial e legítimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de forma a permitir a devida conferência por parte da Administração Pública sobre a aptidão da empresa para fornecer o objeto conforme as estritas orientações prevista neste Termo de Referência, comprovando o desempenho satisfatório da licitante em fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme o Art. 67 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

6.5.4.3. Apresentação de atestado ou certidão de capacidade técnica com comprovação de experiência anterior, compatível em características e quantidades com o(s) objeto(s) registrados nesta aquisição, deverão guiar-se de acordo com o delimitado abaixo:

6.5.4.3.1. Entende-se por compatível em características, o(s) atestado(s) que contemplem experiência prévia de objetos congêneres aos fixados nesta licitação (fornecimento de medicamentos).

6.5.4.3.2. Entende-se por compatível em quantidades, o(s) atestado(s) com no mínimo 20% (vinte por cento) do(s) quantitativo(s) do(s) item(ns) que a proponente participou.

6.5.4.4. Para atendimento do subitem 6.5.4.3.1., considerando o § 1º do Art. 67, define-se como parcela de maior relevância todos os objetos desta pretensa contratação, por se tratarem de **Medicamentos do Grupo NUTRIÇÃO PARENTERAL**, justificando-se a exigência de comprovação em características similares.

6.5.4.5. Para atendimento do subitem 6.5.4.3.2., considerando o § 1º do Art. 67, deverá ser observado o(s) valor(es) significativo do(s) objeto(s) da licitação, assim considerados os que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da aquisição.

6.5.4.6. A exigência de percentual mínimo de fornecimento encontra-se respaldada na jurisprudência dos Tribunais de Contas, sendo considerada viável, proporcional e razoável, por não restringir a competitividade do certame, mas, sim, assegurar a efetiva capacidade técnica das empresas licitantes frente à complexidade do objeto.

6.5.4.7. Os Atestado(s) ou certidão(s) de capacidade técnica e operacional deverão:

Estar em nome da matriz ou da filial da licitante, devidamente assinados, carimbados e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os produtos;

a) Ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

b) indicar o local, a natureza, o volume, as quantidades, os prazos e outros dados

característicos dos materiais de consumo;

c) **Certidão de Regularidade Técnica** emitida pelo **Conselho Regional de Farmácia** do estado onde a empresa proponente está localizada, válida na data da apresentação, que indique o nome e o horário de trabalho do farmacêutico diretor técnico ou responsável técnico, bem como de seus farmacêuticos assistentes técnicos ou substitutos, em conformidade com a Resolução nº 577 de 25 de julho de 2013 do Conselho Federal de Farmácia.

6.5.5. OUTRAS DECLARAÇÕES: NA FASE DE HABILITAÇÃO DAS LICITAÇÕES SERÃO OBSERVADAS AS SEGUINTE DISPOSIÇÕES:

6.5.5.1. Será exigida da CREDENCIADA declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 62 da Lei 14.133/2021 encontrado no anexo III deste Termo de Referência.

6.5.5.2. A empresa deverá apresentar declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso 33 do art. 7º da Constituição Federal encontrado no anexo II;

6.5.5.3. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.5.6. DAS CONSULTAS ADJACENTES PARA APURAÇÃO DE IDONEIDADE:

6.5.6.1. A Contratante reserva-se o direito de realizar consultas adicionais em outros domínios de acervos oficiais, cadastros e sistemas:

6.5.6.1.1. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP: Instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011.

6.5.6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU: Regido pela Lei Federal nº 12.846/2013.

6.5.6.1.3. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.5.6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa: Mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (disponível em www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.5.6.1.5. Lista de Inidôneos: Mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

6.5.6.2. Adicionalmente, a Administração poderá realizar consultas em outros sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões com o objetivo de identificar possíveis pendências que possam inviabilizar a contratação com o(s) fornecedor(es) vencedor(es).

6.5.7. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

6.5.7.1. A administração se reservar o direito de, considerando as questões de disponibilidade profissional, orçamentária e financeira para deslocamento para a realização de visita *in-loco* (se necessário for), **o prazo máximo de até 15 (quinze) dias** à contar do recebimento da documentação pela Comissão responsável na SUPEL/RO.

7. DA ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO:

7.1 Conforme item 3.2.6 do Termo de Referência.

8. O ENVELOPE 02 - DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À PROPOSTA:

8.1. deverá conter os seguintes documentos:

8.1.1. DA PROPOSTA

8.1.1.1. As propostas apresentadas ao credenciamento (chamamento público) deverão, seguir o ANEXO I - MODELO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO e ter prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de apresentação.

8.1.1.2. Na proposta deverão constar que no preço unitário e total para cada item que venham a ser adquiridos estarão incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

8.1.1.3. Constará do edital de credenciamento cláusula que exija das CREDENCIADAS, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.1.1.4. Decorridos 90 (noventa) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

8.1.5. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os seguintes documentos:

- d) Certificado de Validade do Material emitido pela ANVISA/MS.
- e) Certificado de **Autorização de Funcionamento** (AFE) e/ou **Autorização Especial** (AE) expedido pela autoridade competente que comprove a situação regular para a prática de atividades relacionadas a fabricação, distribuição, armazenamento, transporte, importação ou exportação de medicamentos, insumos farmacêuticos e produtos para saúde, respaldado pelo art. 2º, I e II da RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009 da ANVISA.

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Do Local e horário:

9.2. Local de Destinação e Utilização do Objeto:

9.2.1. Os medicamentos solicitados neste termo de referência serão utilizados nas cidades de Porto Velho, Ariquemes e Cacoal, o quais serão discriminados na solicitação, no momento da emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho.

Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
PORTO VELHO/RO	Coordenadoria de Gestão de Assistência Farmacêutica – SESAUCGAF Rua Aparício de Moraes, 4338 Bairro Industrial, CEP: 76.821-240. Telefone (69) 3216-8569 /3216-8592 - de Segunda a Sexta-Feira das 7h30min às 13:00h, sob a supervisão dos membros da Comissão de Recebimento da Central de Abastecimento Farmacêutico I - CAFI/CGAF/SESAUCRO.

Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
ARIQUEMES/RO	Centro de Diálise de Ariquemes, situado na Rua Capitão Silvio, número 3578, no Bairro Industrial, CEP 76.872-899, em Ariquemes/ RO, durante o horário comercial de funcionamento das 08h00min às 15h00min, de segunda a quinta-feira, e das 08h00min às 13h00min nas sextas-feiras.

Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
CACOAL/RO	Hospital Regional de Cacoal, sito a Avenida Malaquita nº 3581 – Bairro: Josino Brito – CEP: 76.961-887 – CACOAL/RO, horário das 08h00min horas as 15h00min horas, de segunda a quinta-feira e das 08:00 00min horas as 13h00min horas, as sexta-feiras.

9.3. Comissão de recebimento:

9.3.1. A contratante nomeará uma Comissão de no mínimo 3 (três) servidores efetivos que fiscalizará o recebimento dos materiais e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

9.3.2. A fiscalização pela contratante, não desobriga a contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

9.3.3. A ausência de comunicação por parte da contratante referente a irregularidades ou falhas, não exime a contratada das responsabilidades determinadas na nota de empenho.

9.3.4. As embalagens deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes aos seus fabricantes ou importadores, estar em consonância com as normas da ANVISA, ABNT, INMETRO etc.

9.4. Do Prazo de Entrega

9.4.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer conforme solicitado pela Secretaria de Saúde, mediante requisição formal, com definição das quantidades, no prazo definido nas rodadas de lances definidas no item 8.11 do termo de referência, conforme o caso concreto, contados a partir da ciência formal do fornecedor acerca do recebimento do instrumento contratual, como nota de empenho, contrato, autorização de compra ou outro equivalente, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4.2. A manifestação de ciência pelo fornecedor acerca do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente será considerada como confirmação formal e marcará o início da contagem do prazo para a execução das entregas e o fornecimento dos materiais.

9.4.3. O prazo para assinatura da retirada da nota de empenho será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação oficial ao fornecedor.

9.4.4. Os objetos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, conforme especificado, a fim de não sofrer variações na estrutura durante o transporte.

9.4.5. Será de inteira responsabilidade os procedimentos de recebimento dos materiais por parte por Comissão de Recebimento de Medicamentos, Insumos e Materiais Hospitalares, devidamente portariado pela Secretaria Estadual de Saúde, conforme Artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b”:

II - Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.4.6. O objeto da nota de empenho poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com a nota de empenho.

9.4.7. Para a aquisição a empresa deverá observar, além das exigências constantes neste Termo de Referência, as seguintes:

I - Não serão aceitos produtos recondicionados, remanufaturados, reciclados, ou outra terminologia empregada para identificar que o produto seja proveniente de reutilização de materiais de toda espécie;

II - Os materiais deverão atender as normas do Ministério da Saúde/Vigilância Sanitária e demais legislações sanitárias vigentes, no que concerne a apresentação, inviolabilidade,

embalagem, esterilização dos produtos quando indicado;

9.4.8. Os medicamentos/produtos deverão estar acondicionados nas embalagens originais e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso:

a) Embalagem: O item(s)/produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência a outros produtos/corpos estranhos, sem unidade, amassados, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número de registro emitido pela ANVISA/MS.

b) A embalagem dos produtos/materiais deverá ser individual com invólucro resistente que mantenha a esterilidade e integridade do produto até seu uso, contendo todas as informações conforme legislação da ANVISA, bem como o N° de Registro no Ministério da Saúde.

c) Rotulagem e Bulas: Todos os materiais itens/produtos deverão ter constar no(s) rótulo(s) e bula(s), todas as informações em língua portuguesa. E ainda conter número do lote, data de fabricação, data de vencimento, nome do responsável técnico, número de registro de acordo com a Legislação Sanitária vigente e nos termos do Artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

d) O Lote: O número do(s) lote(s) deverá estar especificado(s) na Nota Fiscal/Fatura por quantidade de cada item/produto entregue, de acordo com a RDC N° 320/2002 e suas atualizações.

e) Validade do item/produto: Os materiais devem ser entregues com seus respectivos lotes e data de validade, de acordo com os quantitativos no ato da entrega:

f) Os itens/produtos deverão ser entregue com prazo de validade equivalente e/ou não inferior a 75 % (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de entrega dos mesmos.

g) A validade dos produtos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos itens/produtos, sem prejuízo em atendimento ao subitem anterior.

h) Registro: Os materiais/produtos deverão estar obrigatoriamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/MS e/ou Ministério da Saúde, em estrita observância aos preceitos da Lei 6.360/76 e de seu regimento.

9.4.9. A CREDENCIADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório à Ordem de Fornecimento e/ou distintos dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto neste instrumento e seus anexos.

9.4.10. O(s) itens/produtos deverá(ão) ser entregue em embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência a outros produtos/corpos estranhos, sem unidade, amassados, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número de registro emitido pela ANVISA/MS;

9.4.11. Somente serão recebidos materiais de procedência estrangeira quando acompanhados de informações corretas, claras e em língua portuguesa, sobre suas características, qualidades, quantidades, composição, garantia, prazos de validade, lote e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

9.4.12. No ato da entrega dos materiais/produtos apresentar: **Autorização de Funcionamento (AFE)** que é o ato de competência da ANVISA que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constante com a RDC nº 16/2014.

9.5. Prazo de substituição do produto

9.5.1. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações do Edital, a CREDENCIADA fica obrigada a substituir, à sua expensa, o produto defeituoso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação do vício do produto.

9.6. Da Formalização do Credenciamento:

9.6.1. A formalização do credenciamento se dará através de instrumento contratual equivalente (Nota de Empenho), após a habilitação posteriormente as rodadas;

9.6.2. A SESAU/RO convocará as empresas credenciadas para assinatura do instrumento contratual equivalente (Nota de Empenho), no prazo de até 05 (cinco) dias;

9.7. Vigência do Credenciamento:

9.7.1. O prazo de vigência do Chamamento Público (credenciamento) será indeterminado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite previsto conforme o art. 105 da Lei 14.133/2021, de acordo com a necessidade e justificativa da CREDENCIANTE e se houver acordo entre as partes.

9.8. Reavaliação do Credenciamento:

9.8.1. O período de reavaliação do Chamamento Público (credenciamento) será inicialmente de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura ou em havendo intercorrência que comprometa a execução do objeto.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Os recursos e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos dos arts. 96 e 97 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

DECRETO Nº 28.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2024.

Art. 96. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

§ 1º O resultado do credenciamento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e publicado no Diário Oficial do Estado, no sítio eletrônico da Prefeitura e do órgão ou entidade contratante, em prazo não superior a cinco dias úteis.

§ 2º Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação no cadastramento para o credenciamento, no prazo de cinco dias úteis, contados da data da publicação, na forma do § 1º deste artigo.

§ 3º Caso não reconsiderada a decisão, os recursos serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada.

Art. 97. Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento e constantes perante o cadastro unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sob pena de descredenciamento.

§ 1º O órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados ainda não contratados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.

§ 2º A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até cinco dias úteis para enviá-la exclusivamente por meio eletrônico. § 3º A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento, cuja decisão está sujeita a recurso na forma do §§ 2º e 3º do art. 96 deste Decreto.

§ 4º O resultado da análise prevista no caput deste artigo será publicado na forma do § 1º do art. 96 deste Regulamento.

11. DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:

11.1. Conforme item 8.11 e seus subitens do Termo de Referência.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos se darão por meio da seguinte dotação, conforme dados obtidos na informação (id.0057649586):

Unidade Gestora	Programa Trabalho	Natureza de despesa	Fonte de Recurso
Secretaria de Estado da Saúde - SESAUI	17.012.10.302.2069.4008	339030	1.500.0.01002; 2.500.0.01002; 1.600.0.00001 e 2.600.0.00001

13. DO PAGAMENTO:

13.1. Conforme disposto no **item 19 e seus subitens** do Termo de Referência.

14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

14.1. DA CREDENCIADA:

14.1.1 Conforme **item 21.2. e demais seguintes subitens** do Termo de Referência.

14.2. DA CREDENCIANTE:

14.2.1. Conforme **item 21.1. e demais seguintes subitens** do Termo de Referência.

15. CRITÉRIOS PARA O DESCREDENCIAMENTO:

15.1. Conforme **item 18 e seus subitens** do Termo de Referência.

16. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. Os medicamentos para hemodiálise são essenciais para a vida de muitos pacientes com insuficiência renal crônica, mas também pode ter alguns impactos ambientais. Aqui estão alguns deles:

a) Emissões de Gases de Efeito Estufa: A fabricação das soluções requer energia, que pode resultar em emissões de gases de efeito estufa, dependendo da fonte de energia utilizada. Além disso, o transporte dessas soluções também contribui para emissões, especialmente realizadas por longas distâncias.

b) Uso de Recursos Naturais: A extração dos componentes químicos necessários para a fabricação das soluções pode impactar os recursos naturais, levando a desafios como a escassez de água e a degradação do solo.

c) Efluentes Químicos: Durante o processo de hemodiálise, essas soluções entram em contato com o sangue do paciente e, após o uso, precisam ser descartadas como resíduos biomédicos. Se não forem geridos adequadamente, podem poluir solos.

d) Resíduos Sólidos: Os recipientes e embalagens das soluções, muitas vezes de plástico, podem contribuir para a geração de resíduos sólidos, que, se não reciclados, podem poluir o meio ambiente.

16.2. Assim, a contratada deverá adotar os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental aplicáveis ao caso. E se atentar à adoção de medidas sustentáveis, como uso consciente da água, redução do consumo de descartáveis, descarte correto do lixo, preferência por produtos ecologicamente corretos, socialmente responsáveis, visando estimular e fortalecer a cadeia produtiva sustentável e contribuir para a preservação do meio ambiente e o bem-estar da sociedade de forma a alcançar metas ambientais, sociais e

econômicas, promovendo um futuro mais sustentável e resiliente.

16.3. Deste modo, o Estado também induzirá mudanças sistêmicas a partir do seu poder de compra, atuando na geração de “valor público sustentável”, focado no cidadão.

16.4. Deste modo, a Administração incentiva boas práticas para balizar as iniciativas dos órgãos e incluir a preocupação com a sociedade, com as comunidades do entorno com as quais interage e demais interessados.

17. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

17.1 As condições de vigência contratual são aquelas previstas no **item 9.8 e seus subitens** do Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento Convocatório.

18. DA CESSÃO, SUBCONTRATAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:

18.1. Conforme **item 23 e seus subitens** do Termo de Referência Anexo I deste Instrumento Convocatório.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. As condições de Sanções estão previstas no **item 24 e seus subitens** do Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento Convocatório.

20. DO FORO:

20.1 As partes elegem o foro da comarca de Porto Velho - RO, para dirimir as questões que não puderem ser resolvidas pela via administrativa referentes a este INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

21. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

21.1. Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021.

21.2. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei 14.133/2021 e suas alterações, e/ou subsidiariamente no disposto acima, caso persista a pendência pelos Técnicos desta SESA/RO.

21.3. O CREDENCIADO ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da nota de empenho para os seus acréscimos, nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22. ANEXO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

22.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos 0060809822.

ANEXO I.1 – Modelo de requerimento requerimento de credenciamento;

ANEXO I.2- Modelo declaração ☐ ☐ de situação de regularidade;

ANEXO I.3 - Declaração de Atendimento ao art. 63, inciso IV da Lei Federal nº 14133/2021

ANEXO II - Relatório de Pesquisa de Preços (0060872426);
ANEXO III - Estudo Técnico Preliminar (0053176517);
ANEXO IV - Análise de Risco (0056841288).

Porto Velho-RO, 25 de junho de 2025.

BRUNA GONÇALVES APOLINÁRIO
Presidente da Comissão Especial de Licitações – COESP/SUPEL
Portaria nº 107 de 27 de maio de 2025
Mat. *****033



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Gonçalves Apolinário, Presidente**, em 25/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061497151** e o código CRC **4A984FD4**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0036.002508/2024-11

SEI nº 0061497151



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU
Gerência de Compras - SESAU-GEComp

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Unidade Orçamentária: **Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO**
- 1.2. Unidade Demandante: **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO, CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA.**

2. BASE LEGAL

- 2.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com:
- 2.1.1. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- 2.1.2. Decreto Estadual nº 28.874/2024;
- 2.1.3. Instrução Normativa nº 01/2025/SUPEL-GAB (0057949519);
- 2.1.4. Lei nº 8.080/1990;
- 2.1.5. Lei Federal nº 9.787/1999;
- 2.1.6. Decreto Federal nº 7.508/2011;
- 2.1.7. Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC):
- 2.1.7.1. RDC nº 41/2012;
- 2.1.7.2. RDC nº 222/2018;
- 2.1.7.3. RDC nº 234/2018;
- 2.1.7.4. RDC nº 430/2020;
- 2.1.7.5. RDC nº 812/2023;
- 2.1.8. Resolução CONAMA nº 358/2015;
- 2.1.9. Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011;
- 2.1.9.1. Resolução Nº 5, de 21 de dezembro de 2020
- 2.1.9.2. Convênio ICMS nº 87/2002;
- 2.1.10. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename 2022);
- 2.1.11. Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3. DOS OBJETIVOS, OBJETOS, UNIDADES FAVORECIDAS E QUANTIDADES COM MEMÓRIA DE CÁLCULO

3.1. Dos Objetivos:

3.1.1. Credenciamento para futura e eventual aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

3.1.2. Objetiva-se a participação de empresas legalmente constituídas e regularmente habilitadas no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atendam integralmente às exigências e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

3.2. Justificativa do quantitativo (memória de cálculo):

3.2.1. Considerando o contexto da SESAU e o sistema de gestão de estoque HOSPUB, é crucial reconhecer a necessidade de uma abordagem mais precisa na previsão de demanda e aquisição de medicamentos. O sistema atual, embora funcional, apresenta limitações significativas, especialmente no que diz respeito à falta de capacidade de monitorar o consumo em cada unidade de saúde de forma detalhada.

3.2.2. Foi elaborado um processo para levantamento do consumo das unidades (SEI nº 0036.022886/2024-11, planilha 0048661247) que extrai o consumo anual das unidades de um período de 2019 a 2023, que fornece uma base útil para análise, contudo, é importante reconhecer que essa análise pode ser limitada devido a lacunas temporais e mudanças nas condições de consumo, especialmente durante a pandemia de COVID-19.

3.2.3. A prospecção de utilização da solução de hemodiálise pelas unidades de saúde para o ano corrente indica um aumento potencial na demanda por esse medicamento específico. Esse aumento pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo um aumento na prevalência de condições médicas que requerem esse tratamento, bem como mudanças nas práticas de prescrição ou nas diretrizes de tratamento médico.

3.2.4. Diante desses desafios, é essencial adotar uma abordagem mais proativa e adaptativa na gestão de estoques de medicamentos. Segue alguns dos nossos desafios.

I - **Atualização e refinamento do sistema de gestão de estoque:** Reconhecendo as limitações do sistema HOSPUB, é recomendável explorar opções para atualizar ou complementar o sistema atual com ferramentas que possibilitem uma monitorização mais precisa do consumo em cada unidade de saúde.

II - **Implementação de modelos de previsão de demanda mais robustos:** Além da análise retrospectiva fornecida pela planilha 0048661247, é necessário implementar modelos de previsão de demanda mais avançados que incorporem dados em tempo real e considerem variáveis como sazonalidade, tendências históricas e eventos especiais, como a pandemia de COVID-19.

III - **Melhoria na comunicação e colaboração entre unidades de saúde e SESAU:** É importante estabelecer canais de comunicação eficazes para que as unidades de saúde possam relatar suas necessidades de forma mais precisa e atualizada, facilitando uma resposta ágil por parte da SESAU na aquisição e distribuição de medicamentos.

IV - **Monitoramento contínuo e ajuste:** Uma vez implementadas essas medidas, é fundamental monitorar continuamente o desempenho do sistema de gestão de estoque e fazer ajustes conforme necessário para garantir uma resposta eficaz às demandas das unidades de saúde.

3.2.5. Justifica-se o quantitativo (memória de cálculo), levando em consideração a quantidade de transplantes realizados, bem como a média do quantitativo das

medicações utilizadas. Esses elementos garantem que o quantitativo seja adequado para suprir as necessidades da instituição por este período, proporcionando serviços de saúde de qualidade, eficientes e acessíveis à comunidade atendida.

SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE					
	2019	2020	2021	2022	2023
HB	174	185	259	269	236
HRC	388	728	128	80	696
HEURO	-	-	-	-	-
CDA	1.547	2.079	1.998	2.195	2.251

SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE					
	2019	2020	2021	2022	2023
HB	208	275	358	329	424
HRC	480	1.061	-	-	832
HEURO	-	-	-	-	-
CDA	1.570	3.119	2.998	3.293	3.377

3.2.6. Especificação e estimativas das quantidades a serem contratadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MENSAL	QUANTITATIVO ANUAL
01	SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE, COMPONENTES SOLUÇÃO ÁCIDA DE POLIELETROLÍTICO (CÁLCIO (CA 3 a 3,5); POTÁSSIO (K 2); SÓDIO (NA 138), ambos nas concentração MEQ/ L SOL HEMO; SEM GLICOSE; DILUIÇÃO 1:44)	GALÕES DE 5 LITROS	4.500	54.000
02	SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE (BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%), COMPONENTES ADICIONAIS, FRAÇÃO BÁSICA, SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA	GALÕES DE 5 LITROS	5.500	66.000

Fonte: Documento de Oficialização de Demanda 30 (id. 0048686190)

3.2.7. É importante destacar que as quantidades de soluções apresentados na tabela acima não limitam a contratação às especificações e quantidades apresentadas. Trata-se de uma estimativa inicial destinada a atender as necessidades previstas no atual momento.

3.2.8. Assim, as quantidades podem ser ajustadas de acordo com a demanda futura e as necessidades específicas que possam surgir no decorrer do período de vigência da contratação.

3.2.9. O objetivo é garantir a flexibilidade necessária para que outros pedidos de soluções possam ser realizados conforme novas demandas sejam identificadas, assegurando assim a continuidade e a qualidade da assistência prestada à unidade hospitalar. Esta abordagem permite uma adaptação ágil e eficaz diante de eventuais variações no consumo de medicamentos, promovendo uma gestão eficiente dos recursos de saúde.

3.3. Do Detalhamento do Objeto

A partir das informações contidas no Documento de Oficialização de Demanda 30 (0048686190), no que se refere à utilização dos objetos, a unidade promotora da demanda esclareceu que:

3.4. Das Unidades Beneficiadas

3.4.1. Serão atendidas pela presente aquisição as seguintes unidades favorecidas:

- I - HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP;
- II - HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC;
- III - HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO;
- IV - CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

4.1. A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de:

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- b) Integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema; e
- c) Igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde a população.

4.2. Para cumprir as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e considerando a existência de demandas reprimidas relacionadas às operações e tratamentos de saúde na rede pública, bem como a necessidade imperativa de fornecer terapias de natureza farmacológica de forma ininterrupta, avalia-se como essencial a instauração de processo de aquisição dos recursos materiais necessários. Isso visa preservar a capacidade do sistema e garantir a plena continuidade das ações e serviços de saúde para os usuários assistidos pelo SUS.

4.3. O serviço de Nefrologia no Estado de Rondônia é realizado nas seguintes Unidades de Saúde:

- I - HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP;
- II - HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC;
- III - HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO;
- IV - CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA.

4.4. A hemodiálise é um procedimento realizado por pessoas que apresentam insuficiência renal aguda ou crônica. Por meio dessa técnica, consegue-se limpar e filtrar o sangue, um processo que deveria ser realizado pelo rim, que se encontra incapacitado de realizar a função. A hemodiálise é um procedimento sério que deve ser realizado em hospitais e clínicas especializadas nessa área. Ela é feita por uma máquina que apresenta uma solução de diálise e uma membrana semipermeável, que atuam para garantir a limpeza do sangue. Inicialmente, costuma-se fazer uma junção entre uma pequena artéria e uma pequena veia (fístula arteriovenosa) a fim de que a artéria torne-se mais resistente para receber as agulhas da hemodiálise. Esse procedimento é feito por um cirurgião vascular cerca de três meses antes do início da hemodiálise.

4.5. Com fulcro em minimizar os riscos inerentes ao tratamento de pacientes com insuficiência renal aguda, que é uma das complicações mais comuns no ambiente hospitalar e sua incidência varia de acordo com a gravidade do paciente.

4.6. Considerando que a Lesão Renal Aguda, também denominada Injúria Renal Aguda (IRA), é caracterizada por uma redução abrupta da função renal, que se mantém por períodos variáveis de tempo, resultando na incapacidade dos rins de exercerem suas funções básicas de excreção e manutenção da homeostase hidroeletrólítica do organismo;

4.7. Assim, justifica-se a aquisição a fim de continuar realizando o tratamento de hemodiálise no estado. Bem como oferecer maior segurança em todas as etapas do tratamento, bem como garantir que os pacientes sejam atendidos de forma adequada.

4.8. É de amplo conhecimento que a imensa maioria da população brasileira, depende exclusivamente do SUS para obter serviços de saúde, segundo o IBGE de cada 10 (dez) brasileiros 7 (sete) dependem exclusivamente do SUS para tratamento de saúde (<https://tinyurl.com/yyq7kaa6>).

4.9. A aquisição a serem contratados visam assegurar:

- I - A prestação de serviços de terapia renal substitutiva em caráter contínuo e eficiente;
- II - O Aumento da capacidade de atendimento, e a redução da espera para realização dos procedimentos;
- III - Os resultados esperados visam promover, desta forma, maior qualidade e presteza no atendimento, satisfação e segurança do usuário. Como vantagens, haverá maior garantia de agilidade no atendimento à portadores de insuficiência Renal aguda e crônicas agudizadas, promovendo economia, vantajosidade e celeridade nos processos de trabalho.

4.10. A constituição estabelece em seus dispostos, que o Estado tem o dever de assegurar efetivamente o direito à saúde a todos os cidadãos, como corolário da própria garantia do direito à vida. *In verbis*:

Art. 196. A saúde é direito de todos é dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

4.11. As unidades de saúde realizam atendimento tanto de pacientes com doença renal crônica terminal quanto pacientes com doença renal substitutiva na modalidade de hemodiálise para manutenção da vida, correção de distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básico.

4.12. A injúria renal aguda (IRA), ocorre em 30-50% dos pacientes internados em unidade de terapia intensiva e resulta na inabilidade dos rins para exercer as funções de excreção, manter o equilíbrio ácido-básico e homeostase hidroeletrólítica no organismo. As complicações da IRA contribuem significativamente para a elevação das taxas de morbidade e mortalidade de pacientes em estado crítico, devido ao alto risco de complicações é necessário tomar alguns cuidados específicos com pacientes em estado grave.

4.13. O atendimento destes pacientes é diferente dos pacientes ambulatoriais que dialisam três vezes por semana com duração de quatro horas, pois pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), possuem alterações hemodinâmicas, riscos de sangramento após cirurgias, maior risco de arritmias, etc., portanto necessitam de um tratamento individualizado.

4.14. Estudos como a de Custódio & Lima (2013), esclarecem que a hemodiálise estendida (HE), é um procedimento de maior duração – de 6 a 8h (com diminuição da taxa de ultrafiltração/hora), com redução do fluxo sanguíneo (100-200 ml/min) e do dialisato (300ml/min), minimizando o desequilíbrio osmótico, mas sem diminuir a depuração do soluto. E ainda que a HE promove estabilidade hemodinâmica comparável a dos procedimentos contínuos e superior a modalidade intermitente, e é preferível em pacientes que dependem de doses de noradrenalina maiores que 0,2mcg/kg/min, para evitar instabilidade cardiovascular.

4.15. Importa informar também que o uso de dialisato de baixa temperatura (35°C), níveis mais altos de cálcio (3,5meq/L), e perfis de sódio e ultrafiltração são frequentemente associados para minimizar o risco de hipotensão.

4.16. Por sua vez, [Evaristo LS et al.,\(2020\)](#) apresenta a hipotensão como principal intercorrência observada durante o procedimento de hemodiálise e pode ser justificada pela perda de líquido e minerais (cálcio e sódio) na HD, e ainda a hipoglicemia como uma das principais intercorrências e que "pode estar associada ao uso de uma solução dialítica que não contém ou é pobre em glicose". E a frequência dos episódios de hiper ou hipoglicemia durante a sessão de hemodiálise estão associados a elevação da morbidade a longo prazo nos pacientes dialíticos, conforme [BURMEISTER et al., 2012](#).

4.17. No âmbito estadual, o Centro de Diálise Madeira Mamoré (CDMM) atende pacientes renais Agudos/Crônicos com quadro Clínico Agudizado, desempenhando atividades, Estratégicas, Táticas e Operacionais utilizando o espaço físico do Hospital de Base Ary Pinheiro (HBAP), desde a sua inauguração, para atendimento dos pacientes oriundos de leitos clínicos, do serviço próprio da Secretaria Estadual de Saúde de Rondônia - SESAU/RO na capital Porto Velho, sendo estes Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JP , Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON e Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP, bem como, os leitos de UTIs das unidades; Assistência Médica Intensiva - AMI Bloco 01 e 02, Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD, JP II, CEMETRON/JBS e UTIs HBAP.

4.18. Atualmente, diagnostica-se a iminente falta dos materiais essenciais para atender às demandas, gerando com isso demandas reprimidas nas unidades de saúde, além de fragilizar a execução de tratamentos em curso, comprometendo a disponibilidade regular de medicamentos da Farmácia Especializada do Estado de Rondônia e as Farmácias das Gerências Regionais de Saúde do Estado de Rondônia, entre outras ações essenciais ligadas à saúde pública, que dependem ativamente do fornecimento contínuo de princípios ativos farmacológicos.

4.19. Para evitar que essas situações se repitam futuramente e garantir a continuidade do abastecimento deste medicamento tão indispensável, é imperativo que a Hidroxipropilmetilcelulose seja devidamente incluída nos processos de compra para o próximo ciclo orçamentário. Tal medida não apenas assegurará a disponibilidade contínua do produto, mas também demonstrará nosso compromisso com a excelência no atendimento à saúde ocular de nossa comunidade.

4.20. Considerando então que a Insuficiência Renal é uma doença de alta morbimortalidade associada, e, a disponibilidade dos procedimentos dialíticos para o paciente grave é por vezes o divisor de águas entre sua recuperação e seu óbito, sendo, portanto, indiscutível a necessidade da manutenção da disponibilidade do serviço de Terapia Renal, justifica-se a necessidade inadiável de adquirir as soluções farmacológicas a fim de garantir a manutenção dos serviços prestados pela Farmácia Especializada do Estado de Rondônia e as Farmácias das Gerências Regionais de Saúde do Estado de Rondônia da rede pública estadual. **Para tanto, a presente solicitação visa assistir o ecossistema da saúde estadual, a fim de garantir a continuidade dos serviços de saúde essenciais para a proteção da integridade física e psicológica da população atendida pelo SUS.**

4.21. O Credenciamento será adotado em razão da CREDENCIANTE ter por objetivo dispor da maior rede possível de fornecedores de medicamentos hospitalares. Este processo de seleção se baseia na escolha daqueles que preencham os requisitos estabelecidos previamente no instrumento convocatório, sem quaisquer restrições quanto ao número de selecionados. Dessa forma, o cumprimento das exigências do instrumento de chamamento garante igualdade de condições a todos os participantes desse procedimento.

4.22. No que tange a definição do Credenciamento o art. 6, XLIII da referida lei, o conceitua como: “Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados para fornecer medicamentos para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados”.

4.23. A partir desta definição legal observa-se que o uso do Credenciamento não se restringe à contratação de fornecedores, pois é também seu objetivo a contratação de fornecedores de bens. Dessa forma, a nova legislação ampliou o alcance do uso do procedimento.

4.24. É relevante destacar que o TCU já se pronunciou sobre o Credenciamento em diversas ocasiões com base na nova legislação. No Acórdão nº 2.977/21, o Plenário do TCU discutiu a possibilidade de Credenciamento pelas entidades do Sistema S, enquanto no Acórdão nº 533/22, decidiu que é cabível o Credenciamento para contratação de advogados por estatais (Lei 13.303/16), com orientação interpretativa da Lei 14.133/21. Na decisão, o Ministro Benjamin Zymler apresentou uma análise da evolução do entendimento do TCU sobre o instituto:

Como já dito, o TCU já tinha o entendimento de que, embora não estivesse previsto nos incisos do art. 25 da Lei 8.666/1993, o credenciamento era admitido "como hipótese de inexigibilidade inserida no caput do referido dispositivo legal, porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, não havendo, portanto, relação de exclusão. Para a regularidade da contratação direta, é indispensável a garantia da igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, pelo preço por ela definido". (...) 20. Fica explícito, pois, que a prática administrativa e o TCU, na sua jurisprudência, elegeram o credenciamento como uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação baseadas no caput do art. 25 da Lei 8.666/1993 (esse caput trazia exemplos, mas não impedia que outras hipóteses de inexigibilidade pudessem ser utilizadas pelo gestor) 21. Nesse sentido, é importante ressaltar a tendência do TCU em respaldar soluções inovadoras eficazes, como foi o caso dos diversos credenciamentos realizados. E a importância das deliberações desta Corte de Contas, abonando a utilização desse instrumento, é refletida justamente em sua positividade na lei.

4.25. Outrossim, a novel legislação em seu art. 79 destacou três hipóteses que possibilitam a utilização do Credenciamento, dentre as quais se destaca como fundamento para o presente Credenciamento o inciso III do referido artigo, qual seja:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

4.26. O Credenciamento emerge como uma ferramenta estratégica aplicável em cenários onde o mercado exhibe flutuações constantes nos valores e nas condições de contratação. Dessa forma, a Administração Pública ao realizar processo de Credenciamento pode antecipadamente estabelecer um grupo de potenciais interessados como fornecedores, ampliando consideravelmente suas chances de obter condições mais vantajosas quando do surgimento de sua demanda. Isso elimina grande parte da burocracia

e atrasos associados a processos licitatórios tradicionais.

4.27. Destaca-se que em um ambiente de mercado que pode mudar rapidamente devido a flutuações econômicas e outros fatores, o Credenciamento oferece adaptabilidade, visto que a administração pode se ajustar facilmente a essas mudanças sem a rigidez associada a contratos de longo prazo.

4.28. Nesse contexto, enquadra-se o mercado de materiais médico-hospitalares que é notório por suas flutuações nos preços, condições de contratação e disponibilidade. Isso justifica o processo de Credenciamento visto que este oferece à Administração a capacidade de selecionar fornecedores que atendam a critérios pré-definidos, assegurando que os preços e a disponibilidade estejam alinhados com as condições em constante mudança. Além disso, o Credenciamento ajuda a mitigar o risco de desabastecimento, pois ao ter acesso a uma gama diversificada de fornecedores pré-qualificados, a Administração minimiza o risco de ficar sem suprimentos quando a demanda aumenta inesperadamente.

4.29. Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) na consulta do Processo n.º 1120202 concluiu "que mesmo sem regulamentação específica, é possível utilizar o credenciamento baseado no inciso III do art. 79 da Lei n.º 14.133/21 para aquisição de bens comuns como medicamentos, material hospitalar, gêneros alimentícios, material de construção, peças e acessórios de veículos e combustíveis".

4.30. Importante registrar que no parágrafo único do artigo 79 da lei n.º 14.133/2021 estabeleceu-se regras a serem observadas nos procedimentos de Credenciamento.

Art. 79, parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

4.31. Dentre os incisos do referido artigo, destaca-se o inciso IV, o qual determina que na hipótese de Credenciamento por mercado fluido a Administração deve registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação. Essa prática implica que, ao efetuar uma contratação, a Administração deve manter um registro das cotações de preços praticados no mercado naquele exato momento. Tal procedimento revela-se essencial para evidenciar a transparência do processo de contratação e garantir a conformidade dos preços praticados com as condições do mercado.

4.32. Desse modo, a utilização do Credenciamento para "mercados fluidos" possibilita que a contratação decorrente deste procedimento auxiliar se dê sem a prévia definição de preços, o que induz a aceitação de "preços dinâmicos" pela Administração, que são flexíveis e variáveis com base na demanda, oferta, preço da concorrência, preços de produtos substitutos ou complementares.

4.33. Insta destacar que ao realizar o processo de Credenciamento a Administração Pública deve observar o regramento mínimo previsto nos incisos do parágrafo único do artigo 79 da nova lei, bem como o que estabelecem os artigos 6º, L; 71, parágrafo 4º; e 174, parágrafo 2º, III, ao definir os procedimentos, critérios e os objetivos do Credenciamento a ser empregado.

4.34. Considerando ainda que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da Constituição Federal de 1988 – CF/88), o Estado deve, de fato, tomar providências para garantir que esse direito seja efetivado para todos aqueles que precisarem de atendimento na rede pública de saúde.

4.35. Nesse sentido, destaca-se que a disposição do credenciamento dentre um dos Procedimentos Auxiliares disposto no regime ordinário de licitação e contratação pública na lei n.º 14.133/2021 permite a adoção de mecanismos voltados, não só em conferir eficiência, como também a racionalidade e economicidade diante das contratações realizadas pela Administração Pública, uma vez que resulta em processos mais simples, flexíveis e com menor custo administrativo.

4.36. Além disso, esse procedimento desempenha um papel importante no fomento à inovação no contexto das licitações públicas, visto que não apenas amplia a base de fornecedores e promove a eficiência nos gastos públicos, mas também cria um ambiente propício para o desenvolvimento e a introdução de soluções tecnológicas avançadas no setor público, contribuindo de forma significativa para a modernização e a melhoria dos fornecimentos oferecidos pelo governo, ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento do ecossistema de inovação no país.

4.37. Conforme relatado anteriormente, nos termos do **art. 79, inciso III, da Lei 14.133/2021**, o credenciamento é permitido em situações de **mercados fluidos**, quando há constantemente a **variação de preços**, e neste caso específico existe em decorrência das quantidades de insumos utilizados em cada unidade, seja para maior ou seja para menor. Além disso, temos de levar em consideração as condições de contratação, tornando inviável a seleção de um único fornecedor por meio de um processo licitatório tradicional.

4.38. No mesmo sentido, o art. 8º da Instrução Normativa n.º 01/2025/SUPEL-GAB (0057949519), define que "a contratação fundamentada em mercados fluidos será realizada nas hipóteses em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabilize a seleção de agente por meio de processo de licitação". No caso das soluções de hemodiálise, há uma variação frequente nos custos de matérias-primas, insumos e processos produtivos, o que inviabiliza a previsão exata de preços em uma licitação convencional.

4.39. Deste modo, a adoção da hipótese de mercados fluidos no processo em apreço, justifica-se pela necessidade de adequação às condições reais e variáveis do ambiente de prestação de serviços públicos, especialmente no que tange à demanda da Secretaria. A demanda por determinados serviços ou produtos apresenta variações significativas ao longo do tempo, influenciadas por fatores como sazonalidade, eventos emergenciais (como surtos epidemiológicos) e mudanças nos perfis demográficos e epidemiológicos da população atendida. Essas oscilações impedem a definição prévia de quantitativos mínimos e máximos com a segurança necessária para uma contratação convencional.

4.40. Além disso, é preciso considerar que as condições do próprio mercado fornecedor também são voláteis, com constantes inovações tecnológicas, alterações em normas técnicas, mudanças na disponibilidade de insumos, serviços especializados e mão de obra qualificada, tornando imprevisíveis tanto os custos quanto as especificações dos produtos ou serviços a serem adquiridos. Essa instabilidade compromete a efetividade de licitações tradicionais, que dependem da previsibilidade e padronização dos objetos contratados.

4.41. Assim, a utilização da hipótese de mercados fluidos por meio de credenciamento permite a habilitação contínua e aberta de interessados que atendam aos critérios previamente definidos, sem compromisso com quantitativos fixos, garantindo que a Administração Pública possa atender de forma eficiente e imediata às necessidades reais conforme elas se apresentem, assegurando maior flexibilidade, agilidade na contratação, respeito aos princípios da isonomia, eficiência e continuidade do serviço público;

4.42. Portanto, o credenciamento por mercado fluido é a solução mais adequada para a aquisição de soluções para hemodiálise, pois permite flexibilidade na contratação e assegura que as unidades recebam os fármacos em tempo hábil, minimizando riscos sanitários e evitando prejuízos à saúde pública.

4.43. Diante da situação de escassez das soluções para hemodiálise, da necessidade urgente de atendimento dos pacientes e da inviabilidade de uma licitação tradicional devido à volatilidade dos preços e insumos, a contratação por credenciamento em mercados fluidos é a solução mais eficaz e vantajosa para a Administração Pública. Dessa forma, garante-se a continuidade da assistência farmacêutica, a otimização dos recursos e, acima de tudo, a preservação da vida dos pacientes atendidos.

4.44. Inobstante, cumpre verificar que a Ata de Registro de Preços (ARP), não se enquadraria para atender a questão em tela, diante dos fatores de Contratação, Flexibilidade e Aplicações Típicas. A flutuação constante dos valores praticados no segmento econômico de soluções para hemodiálise, assim como nas condições de execução correspondentes, mercado volátil e dinâmico, inviabiliza a preservação do resultado de eventual licitação por Registro de Preços. Exatamente por isso, reconhece-se no credenciamento por mercado fluido uma solução hábil a contornar esse efeito.

4.45. Diante desse cenário, embora o Sistema de Registro de Preços (SRP) seja, em alguns casos, utilizado para permitir compras futuras com base em preços previamente registrados, não se mostra como a melhor alternativa para a presente situação. Isso porque:

- O SRP exige a **definição clara e estática do objeto**, o que se torna impraticável diante das constantes atualizações e variações do mercado;
- A contratação por SRP está condicionada a **itens previamente especificados e quantificados**, limitando a capacidade de resposta rápida às necessidades emergenciais ou mutáveis;
- O processo de adesão e convocação de fornecedores no SRP tende a ser **mais moroso e menos flexível**, o que pode comprometer a continuidade de

serviços essenciais;

- O SRP não comporta bem a contratação de serviços personalizáveis ou adaptáveis, que exigem análise caso a caso, como frequentemente ocorre nas demandas desta Secretaria.

4.45.1. Assim, seguem comparativos entre as possibilidades de contratação:

I - **ARP:**

- a) Os fornecedores são **fixos por um período determinado** (geralmente até 12 meses);
- b) A administração **só pode contratar os fornecedores registrados na ata**, sem possibilidade de incluir novos participantes no período de vigência;
- c) Compra de bens e serviços padronizados e recorrentes, como materiais de escritório, medicamentos, combustíveis e serviços gerais;

II - **Credenciamento:**

- a) **Novo fornecedor pode se credenciar a qualquer momento**, desde que atenda aos critérios estabelecidos;
- b) Permite **contratação** de múltiplos fornecedores, sem restrição prévia;
- c) Serviços especializados e demandas variáveis, com variação no volume, composição e matéria-prima utilizada;

4.46. Assim podemos ter um quadro bem didático de vantagens e desvantagens existentes, como podemos ver abaixo:

CRITÉRIOS	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	CREDENCIAMENTO
SELEÇÃO	Licitação Prévia (concorrência por preço/técnica)	Qualquer fornecedor pode se credenciar desde que atenda os critérios estabelecidos.
FLEXIBILIDADE	Fornecedores fixos por um período determinado, muitas vezes não inferior a 12 meses.	Os fornecedores podem entrar a qualquer momento e momento desde que atendam os critérios estabelecidos, ampliando assim a concorrências.
NÚMERO DE FORNECEDORES	Limitado aos vencedores da licitação	Ilimitado, todos que atendem aos critérios estabelecidos podem participar aumentando a concorrência e possibilidade e melhores preços praticados.
USO TÍPICO	Compras recorrentes, previsíveis e padronizadas pelo fabricante não podendo ocorrer alterações.	Serviços especializados e mercados fluidos onde pode ser adaptado à necessidade de cada paciente, alterando assim os quantitativos da medicação desejada.

4.47. Por fim, podemos afirmar com clareza que a ARP é um certame rígido e adequado para compras de bens e serviços padronizados e previsíveis, diferentemente do CREDENCIAMENTO, que se apresenta com uma gigantesca flexibilidade e é ideal para mercados dinâmicos e com variações não previsíveis, que consegue fugir da padronização normal e que consegue abarcar múltiplas forma de oferta e demanda de bens e serviços, como o caso requer.

5. DAS PARTICULARIDADES AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS - TIC

5.1. Credenciamento para futura e eventual aquisição de solução para hemodiálise não se enquadra na previsão do Inciso III do Art. 42 do Decreto nº 28.874/24, que se aplica especificamente às Soluções de TIC. A avaliação das necessidades para a contratação do objeto deve se basear em critérios próprios da área da saúde, priorizando a qualidade, a efetividade e a resolutividade dos serviços prestados, com foco na promoção da saúde e no bem-estar da população.

6. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO

- 6.1. Considerando a Lei 14.133/2021, na modalidade de credenciamento pode haver o parcelamento da solução a ser contratada pela administração pública;
- 6.2. O parcelamento pode ser feito de acordo com a natureza do objeto a ser contratado, os requisitos técnicos estabelecidos e a disponibilidade de recursos financeiros da administração pública;
- 6.3. Consoante ao disposto no Inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133, a administração pública poderá dividir o objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica ou economicamente viáveis, procedendo-se o credenciamento com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala;
- 6.4. O parcelamento pode ser feito de acordo com os seguintes critérios:
 - a) **Objeto:** o objeto a ser contratado deve ser divisível em partes que possam ser executadas de forma independente, sem prejuízo da sua finalidade.
 - b) **Requisitos Técnicos:** os requisitos técnicos estabelecidos devem permitir o parcelamento do objeto, sem prejuízo da qualidade dos produtos adquiridos.
 - c) **Disponibilidade de Recursos:** a administração pública deve ter recursos financeiros disponíveis para a contratação de cada parcela.
- 6.5. O parcelamento do objeto a ser contratado pode trazer vantagens para a administração pública, como:
 - a) **Melhor aproveitamento dos recursos:** o parcelamento pode permitir que a administração pública adquira menos produtos, o que pode ser mais eficiente do ponto de vista financeiro.
 - b) **Flexibilidade:** o parcelamento pode permitir que a administração pública ajuste a nota de empenho de acordo com as necessidades específicas.
- 6.6. Ante o exposto o parcelamento será aplicado no presente credenciamento haja vista ser o mais vantajoso para a administração pública, uma vez que haverá a contratação de todos os proponentes. Sendo assim, os prestadores deverão atender de acordo com as demandas desta secretaria.

7. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

- 7.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio e cooperativas, tendo em vista a contratação do certame não é de grande porte, complexo tecnicamente, e tão pouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa.
- 7.2. A ausência de consórcio e cooperativas, não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser contratado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.
- 7.3. **Não poderão participar deste credenciamento:**
 - 7.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 7.3.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto;
 - 7.3.3. Sociedades cooperativas;
 - 7.3.4. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 7.3.5. Pessoas físicas.
- 7.3.6. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade das soluções que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para prestar o serviço de forma adequada. Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas especializadas. Por isso, a participação de pessoas físicas na contratação pretendida pode colocar em risco a segurança e a qualidade dos medicamentos.

8. DAS DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 8.1. Levando em consideração todos os itens apresentados até o momento, esta setorial aponta que a contratação em epígrafe, através do **instrumento acessório de**

Credenciamento, é perfeitamente viável, desde que transcorridas todas as etapas exigidas pela Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes;

8.2. É importante ressaltar que este instrumento acessório permitirá a escolha das instituições mais capacitadas para a prestação do serviço, além de permitir uma cobertura de todo o Estado de Rondônia ser for o caso;

8.3. Dentre os diferenciais desta solução podemos destacar:

- I - **Segurança no Abastecimento:** Ter múltiplos fornecedores credenciados garante que, em caso de ruptura de estoque ou problemas com um fornecedor, outros possam suprir a demanda sem interrupção do tratamento.
- II - **Simplificação do Processo de Aquisição:** Com um processo de credenciamento bem estruturado, haverá a redução da burocracia e agilidade quanto a aquisição das soluções, garantindo sempre o abastecimento.
- III - **Transparência e Controle:** O credenciamento estabelece critérios claros e transparentes para a seleção de fornecedores, permitindo melhor monitoramento e controle dos contratos 4350e do desempenho dos fornecedores.
- IV - **Otimização dos Recursos:** Com um leque maior de fornecedores, é possível negociar melhores condições de preço e pagamento, resultando em economia de custos para as instituições de saúde.
- V - **Confiabilidade e Segurança:** Através de um processo criterioso de credenciamento, é possível garantir que os fornecedores atendam a altos padrões de qualidade e segurança, essenciais para a eficácia do tratamento de hemodiálise.

8.4. Com base na análise detalhada dos aspectos legais e operacionais do procedimento de credenciamento, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao artigo 79, é possível concluir que a contratação via este chamamento público configura-se como a solução mais adequada para atender às necessidades da administração pública. O credenciamento, quando operacionalizado por meio de Chamamento Público, oferece uma série de benefícios e vantagens que garantem a eficiência, a segurança e a transparência nos processos de aquisição e contratação de serviços.

8.5. A utilização do procedimento de credenciamento permite à administração pública selecionar as instituições mais qualificadas para a prestação de serviços essenciais, como a hemodiálise, com base em critérios técnicos e operacionais bem definidos, conforme a legislação vigente. A flexibilização e a pluralidade de fornecedores credenciados resultam na criação de uma rede de suprimento que assegura a continuidade do atendimento, evitando interrupções em caso de falhas por parte de um fornecedor, o que é um fator crítico para a manutenção do tratamento de pacientes. Ademais, a ampliação da base de fornecedores credenciados possibilita a melhoria das condições contratuais, uma vez que no Brasil há apenas duas empresas que produzem tal objeto

8.6. Outro aspecto relevante é a simplificação do processo de aquisição, que, ao ser estruturado por meio de credenciamento, elimina etapas burocráticas desnecessárias, tornando o procedimento mais ágil e facilitando a contratação. A redução da burocracia não apenas acelera o processo de obtenção das soluções, mas também proporciona maior previsibilidade e controle sobre o cumprimento dos contratos, o que é essencial para garantir o adequado atendimento das demandas da população.

8.7. A transparência e o controle são garantidos pela implementação de critérios claros e objetivos para a seleção dos fornecedores, com a divulgação das condições e resultados do processo de credenciamento. Esse processo rigoroso de habilitação e seleção dos fornecedores assegura que apenas aqueles que atendem aos requisitos técnicos e de qualidade exigidos para a prestação de serviços críticos, como a hemodiálise, sejam habilitados a fornecer os insumos necessários.

8.8. Diante da situação apresentada, é imperativo que o processo de credenciamento para a contratação de fornecedores de solução de hemodiálise seja considerado de suma importância para os pacientes que dependem desse tratamento, pois a continuidade da hemodiálise é essencial para a manutenção de sua saúde e sobrevivência até que possam ser submetidos a um transplante de rim. A interrupção desse atendimento representa um risco significativo à vida dos pacientes, o que torna o processo de aquisição e contratação urgente e prioritário. A agilidade na implementação do credenciamento garantirá que não haja descontinuidade no tratamento, assegurando que os pacientes possam continuar o acompanhamento necessário sem prejuízo à sua condição clínica.

8.9. Portanto, a contratação via credenciamento, por meio de Chamamento Público, se apresenta como a solução mais eficaz e vantajosa para a administração pública, pois proporciona uma gestão mais eficiente, com ampliação da competitividade, redução de custos, aumento da qualidade e segurança na execução dos contratos. A transparência, o controle e a previsibilidade orçamentária são mantidos, garantindo que o atendimento à demanda da população seja realizado de forma eficiente, sem ultrapassar os limites financeiros e orçamentários previstos. Dessa forma, o procedimento de credenciamento se configura como uma estratégia que contribui para a melhor alocação de recursos públicos e para a promoção da excelência na prestação dos serviços.

8.10. Para melhor direcionar a contratação de forma objetiva e eficaz para a administração, faz-se necessário enfatizar que trata-se de mercado fluido conforme preconiza o Art. 79, inciso III:

"III" Em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

8.11. DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO

8.11.1. Após a publicação do edital, as empresas interessadas deverão apresentar a documentação exigida, conforme disposto no item 13.1.2, a qual será submetida à análise e emissão de parecer técnico pela comissão responsável pela avaliação;

8.11.2. Concluída a análise e sendo a empresa considerada APTA para o fornecimento, nos termos do item 17, será publicada, pela Superintendência de Licitações (SUPEL), a Ata de Resultado do Julgamento, bem como, por esta Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), o respectivo Termo de Homologação, momento em que a empresa passará à condição de CREDENCIADA.

8.11.3. As empresas credenciadas para fornecimento de medicamentos manipulados à Secretaria de Estado da Saúde responsabilizar-se-ão por manter atualizados os documentos de habilitação, bem como o seus dados de contato, especialmente endereços de e-mail, para fins de comunicação oficial durante o processo de seleção.

8.11.4. A Secretaria de Estado da Saúde encaminhará por e-mail, diretamente a todos os fornecedores credenciados, o pedido de envio de propostas. É de responsabilidade exclusiva das empresas credenciadas o acompanhamento das comunicações e a manutenção de seus canais de contato ativos e atualizados.

8.11.5. O prazo para envio das propostas será informado em cada solicitação de cotação. Durante esse período, os fornecedores credenciados deverão enviar suas ofertas por e-mail, conforme as instruções recebidas, assumindo total responsabilidade pelo cumprimento dos prazos e das condições estabelecidas.

8.11.6. A comunicação das propostas e demais interações ocorrerá por meio eletrônico (e-mail institucional da Secretaria de Estado da Saúde), não sendo disponibilizado, no momento, sistema informatizado para esse fim.

8.11.7. O procedimento a ser realizado, se dará por meio de rodadas, sendo essas divididas em até três rodadas lances.

8.11.8. Primeira rodada de lances (A):

8.11.8.1. A primeira tentativa de compra será lançada com definição de prazo fixo para o fornecimento de 10 dias, ficando as credenciadas cientes de que concorrerão pelo critério de menor preço e maior quantidade ofertada por item, até o limite da demanda da Secretaria.

8.11.8.2. Em caso de algum produto receber oferta com menor preço, mas com quantidade inferior à demanda da Secretaria de Estado da Saúde, o preço vencedor da cotação será lançado para que as demais credenciadas manifestem interesse em fornecer a quantidade remanescente pelo preço da proposta vencedora.

8.11.8.3. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado, será dada prioridade àquela que oferecer maior quantidade do item, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.

8.11.8.4. Se ainda assim, considerando os itens 8.11.8.1 a 8.11.8.3, permanecer empatada a cotação do item, será realizado sorteio em sessão pública, em aplicação analógica do art. 94, §1º, do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

8.11.9. Segunda rodada de lances (B):

8.11.9.1. Se, após a primeira rodada de lances (A), ainda houver remanescente de itens com demanda insatisfeita, a Secretaria de Estado da Saúde poderá abrir a segunda rodada de lances, ampliando o prazo de fornecimento, conforme a conveniência e oportunidade do interesse público.

8.11.9.2. Se qualquer credenciada ofertar a quantidade necessária pelo menor preço do item, será declarada vencedora e receberá a Autorização de Compra automaticamente.

8.11.9.3. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado, será dada prioridade àquela que oferecer maior quantidade do item, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.

- 8.11.9.4. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado e quantidade do item, será dada prioridade àquela que oferecer menor prazo de entrega, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde. Caso haja descumprimento pela empresa do prazo para entrega, ela será automaticamente suspensa do credenciamento, ressalvada decisão fundamentada do Gestor da Pasta, até apuração final do fato.
- 8.11.9.5. Se ainda assim, considerando os itens 8.11.9.1 a 8.11.9.4, permanecer empatada a cotação do item, será realizado sorteio em sessão pública, em aplicação analógica do art. 94, §1º, do Decreto Estadual n. 28.874/2024..
- 8.11.10. **Terceira rodada de lances (C):**
- 8.11.10.1. Se, após a segunda rodada de lances (B), ainda houver remanescente de itens com demanda insatisfeita, a Secretaria de Estado da Saúde poderá abrir a terceira rodada de lances, ampliando o prazo de fornecimento, de acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público e fixando o preço máximo para compra por item.
- 8.11.10.2. Se qualquer credenciada ofertar a quantidade necessária pelo menor preço do item, será declarada vencedora e receberá a Autorização de Compra automaticamente.
- 8.11.10.3. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado, será dada prioridade àquela que oferecer maior quantidade do item, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.
- 8.11.10.4. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado e quantidade do item, será dada prioridade àquela que oferecer menor prazo de entrega, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde. Caso haja descumprimento pela empresa do prazo para entrega, ela será automaticamente suspensa do credenciamento, ressalvada decisão fundamentada do Gestor da Pasta, até apuração final do fato
- 8.11.10.5. Se ainda assim, considerando os itens 8.11.10.1 a 8.11.10.4, permanecer empatada a cotação do item, será realizado sorteio em sessão pública, em aplicação analógica do art. 94, §1º, do Decreto Estadual n. 28.874/2024.
- 8.11.11. Após o encerramento do prazo de envio das propostas, a equipe técnica da Secretaria de Estado da Saúde analisará as ofertas recebidas e selecionará, item a item, aquela que atender ao critério estabelecido na etapa de lances. A empresa selecionada será comunicada por e-mail e receberá a Nota de Empenho, referentes aos itens que restou vencedora, devendo confirmar o recebimento e efetuar a entrega no prazo estabelecido.

8.11.12. **Da Publicidade do Credenciamento e do Extrato do Contrato:**

- 8.11.12.1. Tanto o credenciamento quanto posteriormente a lista de credenciados a ser homologada pelo Secretário de Estado da Saúde do Estado de Rondônia – SESAU/RO, será publicada nos seguintes meios de comunicação::
- a) Diário Oficial do Estado (DOE);
 - b) Site da Secretaria de Saúde - SESAU/RO;
 - c) Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - Concernente ao SUPEL.
 - d) Jornal de grande circulação;
 - e) E em pelo menos 2 (dois) sites de grande visualização;
- 8.11.12.2. Também será publicada a Nota de Empenho, que substitui o contrato a ser firmado com o credenciado;
- 8.11.12.3. Em atendimento ao artigo 92, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/24, o edital de Credenciamentos será republicado periodicamente a cada 06 (seis) meses;

9. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 9.1. **Do Local e horário:**
- 9.2. **Local de Destinação e Utilização do Objeto:**
- 9.3. Os medicamentos solicitados neste termo de referência serão utilizados nas cidades de Porto Velho, Ariquemes e Cacoal, o quais serão discriminados na solicitação, no momento da emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho.

Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
PORTO VELHO/RO	Coordenadoria de Gestão de Assistência Farmacêutica – SESAU-CGAF Rua Aparício de Moraes, 4338 Bairro Industrial, CEP: 76.821-240. Telefone (69) 3216-8569 /3216-8592 - de Segunda a Sexta-Feira das 7h30min às 13:00h, sob a supervisão dos membros da Comissão de Recebimento daCentral de Abastecimento Farmacêutico I - CAFI/CGAF/SESAU-RO.

Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
ARIQUEMES/RO	Centro de Diálise de Ariquemes, situado na Rua Capitão Silvío, número 3578, no Bairro Industrial, CEP 76.872-899, em Ariquemes/ RO, durante o horário comercial de funcionamento das 08h00min às 15h00min, de segunda a quinta-feira, e das 08h00min às 13h00min nas sextas-feiras.

Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
CACOAL/RO	Hospital Regional de Cacoal, sito a Avenida Malaquita nº 3581 – Bairro: Josino Brito – CEP: 76.961-887 – CACOAL/RO, horário das 08h00min horas as 15h00min horas, de segunda a quinta-feira e das 08:00 00min horas as 13h00min horas, as sexta-feiras.

- 9.4. **Comissão de recebimento:**
- 9.4.1. A contratante nomeará uma Comissão de no mínimo 3 (três) servidores efetivos que fiscalizará o recebimento dos materiais e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.
- 9.4.2. A fiscalização pela contratante, não desobriga a contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.
- 9.4.3. A ausência de comunicação por parte da contratante referente a irregularidades ou falhas, não exime a contratada das responsabilidades determinadas na nota de empenho.
- 9.4.4. As embalagens deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes aos seus fabricantes ou importadores, estar em consonância com as normas da ANVISA, ABNT, INMETRO etc.
- 9.5. **Do Prazo de Entrega**
- 9.5.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer conforme solicitado pela Secretaria de Saúde, mediante requisição formal, com definição das quantidades, no prazo definido nas rodadas de lances definidas no item 8.11 conforme o caso concreto, contados a partir da ciência formal do fornecedor acerca do recebimento do instrumento contratual, como nota de empenho, contrato, autorização de compra ou outro equivalente, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.5.2. A manifestação de ciência pelo fornecedor acerca do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente será considerada como confirmação formal e marcará o início da contagem do prazo para a execução das entregas e o fornecimento dos materiais.
- 9.5.3. O prazo para assinatura da retirada da nota de empenho será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação oficial ao fornecedor.
- 9.5.4. Os objetos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, conforme especificado, a fim de não sofrer variações na estrutura durante o transporte.

9.5.5. Será de inteira responsabilidade os procedimentos de recebimento dos materiais por parte por Comissão de Recebimento de Medicamentos, Insumos e Materiais Hospitalares, devidamente portariado pela Secretaria Estadual de Saúde, conforme Artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b”:

II - Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.5.6. O objeto da nota de empenho poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com a nota de empenho.

9.5.7. Para a aquisição a empresa deverá observar, além das exigências constantes neste Termo de Referência, as seguintes:

I - Não serão aceitos produtos reconicionados, remanufaturados, reciclados, ou outra terminologia empregada para identificar que o produto seja proveniente de reutilização de materiais de toda espécie;

II - Os materiais deverão atender as normas do Ministério da Saúde/Vigilância Sanitária e demais legislações sanitárias vigentes, no que concerne a apresentação, inviolabilidade, embalagem, esterilização dos produtos quando indicado;

9.5.8. Os medicamentos/produtos deverão estar acondicionados nas embalagens originais e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso:

a) Embalagem: O item(s)/produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência a outros produtos/corpos estranhos, sem unidade, amassados, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número de registro emitido pela ANVISA/MS.

b) A embalagem dos produtos/materiais deverá ser individual com invólucro resistente que mantenha a esterilidade e integridade do produto até seu uso, contendo todas as informações conforme legislação da ANVISA, bem como o N° de Registro no Ministério da Saúde.

c) Rotulagem e Bulas: Todos os materiais itens/produtos deverão ter constar no(s) rótulo(s) e bula(s), todas as informações em língua portuguesa. E ainda conter número do lote, data de fabricação, data de vencimento, nome do responsável técnico, número de registro de acordo com a Legislação Sanitária vigente e nos termos do Artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

d) O Lote: O número do(s) lote(s) deverá estar especificado(s) na Nota Fiscal/Fatura por quantidade de cada item/produto entregue, de acordo com a RDC N° 320/2002 e suas atualizações.

e) Validade do item/produto: Os materiais devem ser entregues com seus respectivos lotes e data de validade, de acordo com os quantitativos no ato da entrega;

f) Os itens/produtos deverão ser entregue com prazo de validade equivalente e/ou não inferior a 75 % (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de entrega dos mesmos.

g) A validade dos produtos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos itens/produtos, sem prejuízo em atendimento ao subitem anterior.

h) Registro: Os materiais/produtos deverão estar obrigatoriamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/MS e/ou Ministério da Saúde, em estrita observância aos preceitos da Lei 6.360/76 e de seu regimento.

9.5.9. A CREDENCIADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório à Ordem de Fornecimento e/ou distintos dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto neste instrumento e seus anexos.

9.5.10. O(s) itens/produtos deverá(ão) ser entregue em embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência a outros produtos/corpos estranhos, sem unidade, amassados, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número de registro emitido pela ANVISA/MS;

9.5.11. Somente serão recebidos materiais de procedência estrangeira quando acompanhados de informações corretas, claras e em língua portuguesa, sobre suas características, qualidades, quantidades, composição, garantia, prazos de validade, lote e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

9.5.12. No ato da entrega dos materiais/produtos apresentar: **Autorização de Funcionamento (AFE)** que é o ato de competência da ANVISA que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constante com a RDC n° 16/2014.

9.6. Prazo de substituição do produto

9.6.1. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações do Edital, a CREDENCIADA fica obrigada a substituir, à sua expensa, o produto defeituoso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação do vício do produto.

9.7. Da Formalização do Credenciamento:

9.7.1. A formalização do credenciamento se dará através de instrumento contratual equivalente (Nota de Empenho), após a habilitação posteriormente as rodadas;

9.7.2. A SESA/RO convocará as empresas credenciadas para assinatura do instrumento contratual equivalente (Nota de Empenho), no prazo de até 05 (cinco) dias;

9.8. Vigência do Credenciamento:

9.8.1. O prazo de vigência do Chamamento Público (credenciamento) será indeterminado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite previsto conforme o art. 105 da Lei 14.133/2021, de acordo com a necessidade e justificativa da CREDENCIANTE e se houver acordo entre as partes.

9.9. Reavaliação do Credenciamento:

9.9.1. O período de reavaliação do Chamamento Público (credenciamento) será inicialmente de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura ou em havendo intercorrência que comprometa a execução do objeto.

10. DA ESPECIFICAÇÃO DA VALIDADE E GARANTIA DO MATERIAL/PRODUTO

10.1. Validade da Entrega:

10.1.1. Os materiais devem ser entregues com seus respectivos lotes e data de validade, conforme os quantitativos empenhados e acordados no momento da entrega.

10.2. Prazo de Validade:

10.2.1. Os materiais deverão ter prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data da entrega, exceto nos casos em que o produto comprovadamente possuir prazo de validade inferior em virtude de suas características de composição.

10.3. Da Garantia da Validade:

10.3.1. Se não for possível cumprir as condições de validade mencionadas, a CREDENCIADA deve solicitar formalmente a autorização da Contratante para o recebimento. Esta pode ser concedida mediante apresentação de uma Carta de Comprometimento de Troca, vinculando a substituição dos materiais caso excedam o prazo de validade.

10.3.2. A carta deve ser assinada pelo representante legal da empresa e acompanhada da nota fiscal de recebimento, se aceita.

10.4. Da Garantia do Material/Produto:

10.4.1. Os produtos devem possuir garantia mínima de perfeitas condições por **1 ano**. Esta garantia inclui solução de problemas relacionados a embalagens, produtos avariados (por crescimento de fungos, bactérias ou corpos estranhos) e defeitos de fabricação, começando a contar a partir da data de recebimento definitivo, sem custo adicional para a contratante.

10.4.2. Para acionar a garantia, a contratante notificará preferencialmente por escrito e via comunicação por sistema de mensagens eletrônicas, solicitando a reposição do produto defeituoso no prazo máximo de 48 horas. A substituição pelo novo produto deve ocorrer com entrega em até 72 horas, mantendo idênticas especificações e em

perfeitas condições.

11. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (ESTIMATIVA DE DESPESA)

11.1. A estimativa do valor a ser contratado foi realizado pelo Núcleo de Pesquisa de Preços, pertencente a essa Secretaria do Estado da Saúde, através do Relatório de Pesquisa de Preços (0060872426), onde concluiu que o valor estimado mensal é de R\$ 195.225,00 (cento e noventa e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais), conforme exposto abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	BANCO DE PREÇOS 01	BANCO DE PREÇOS 02	BANCO DE PREÇOS 03	BANCO DE PREÇOS 04	BANCO DE PREÇOS 05	MENOR VALOR	VALOR MÉDIO	VALOR MEDIANO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
01	SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE, COMPONENTES SOLUÇÃO ÁCIDA DE POLIELETROLÍTICO (CÁLCIO (CA 3 a 3,5); POTÁSSIO (K 2); SÓDIO (NA 138), ambos nas concentração MEQ/ L SOL HEMO; SEM GLICOSE; DILUIÇÃO 1:44)	GALÕES DE 5 LITROS	4.500	R\$ 21,39	R\$ 27,20	R\$ 21,39	R\$ 16,50	R\$ 21,95	R\$ 16,50	R\$ 22,41	R\$ 21,95	4,06	18,
02	SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE (BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%), COMPONENTES ADICIONAIS, FRAÇÃO BÁSICA, SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA	GALÕES DE 5 LITROS	5.500	R\$ 18,00	R\$ 17,90	R\$ 17,80	R\$ 17,50	R\$ 14,59	R\$ 14,59	R\$ 17,16	R\$ 17,80	1,45	8,
VALOR ESTIMADO R\$ 195.225,00 (cento e noventa e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais)													

11.2. Sendo assim, com base na informação acima estabelecidas, podemos mensurar os seguintes valores abaixo:

- a) VALOR MENSAL: R\$ 195.225,00 (cento e noventa e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais)
- b) VALOR ANUAL: R\$ 2.342.700,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e setecentos reais)

12. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

12.1. A despesa está prevista na indicação de Dotação Orçamentária, conforme Informação nº 726/2025/SESAU-NPPS (id. (0057649586), em atenção ao Despacho Indicação Orçamentária (id. 0057531800), onde a despesa requerida poderá ser programada;

12.2. Em observância ao disposto no art. 30, II, do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual estabelece que uma das etapas da fase preparatória consiste na declaração de que o objeto a ser licitado consta no Plano de Contratações Anual - PCA e que, salientamos que o PCA está embasado na Programação Anual de Saúde de 2025 - PAS já aprovada, estando a referida contratação está inserida na PAS 2025 inserida na Meta 4.4.1.2.

12.3. Nos presentes autos há a Indicação de Dotação Orçamentária, solicitada pelo Despacho SESAU-GEComp (id. 0057531800), e indicado pela Informação nº 726/2025/SESAU-NPPS (id. (0057649586), emitido pelo Núcleo de Planejamento e Programação e Saúde - SESAU-NPPS/CPOP, que informa que a pretendida despesa pode ser programada conforme quadro constante naquela Informação, o qual replicamos abaixo:

INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atenção ao Despacho (0057531800), informa-se que a despesa requerida poderá ser programada, conforme informação abaixo:

DESCRIÇÃO DA DESPESA			
OBJETO PROCESSUAL: Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.			
Resposta ao:		Despacho (0057531800)	
PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ATENDIDA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA
17.012.10.302.2069.4008 - MANTER ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NAS UNIDADES HOSPITALARES	Coordenadoria de Gestão em Abastecimento Farmacêutico - CGAF	1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde (Estadual) 2.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos do exercício anterior - Saúde (Estadual) 1.600.0.00001 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Federal) 2.600.0.00001 Superávit - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Federal)	3.3.90.30 - Material de consumo

Ressalta-se ainda que a aludida informação é exclusivamente para indicação da programação, cabendo a anuência de execução da despesa ao ordenador, desde que tenha, no momento dessa execução, recursos orçamentários e financeiros suficientes para o atendimento.

13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Para o credenciamento das empresas

13.1.1. O sistema de credenciamento de empresas aptas ao fornecimento dos produtos/objetos deste termo de referência, sob a supervisão da Superintendência de Licitações e Contratos - SUPEL/RO, adotando-se o critério de MERCADO FLUIDO e o Método de Disputa conforme os itens 8.11, em estrita conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, o Decreto Estadual nº 28.874, a Instrução Normativa nº 01/2025/SUPEL-GAB (0057949519), bem como demais normativas aplicáveis, tendo como interessado(a) Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

13.1.2. Os participantes interessados deverão apresentar documentação necessária via SUPEL (cel@supel.ro.gov.br).

13.2. Para a contratação de empresa especializada na entrega de soluções para hemodiálise

13.2.1. O critério de seleção para a contratação da empresa será aquele previsto nos itens 8.11.

14. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MPE

14.1. Em observância à Lei Complementar nº 123/2006 e ao Decreto Estadual nº 21.675/2017, que estabelecem normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e

favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), procedeu-se à análise quanto a desvantajosidade de aplicação dos benefícios legais no presente processo de credenciamento de empresas especializadas para a futura e eventual aquisição de material de consumo (HEMODIALISE).

14.2. Tais normas determinam, entre outros pontos, a realização de licitação exclusiva para MEs e EPPs quando o valor do item ou lote for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (art. 6º do Decreto Estadual nº 21.675/2017), bem como a reserva de até 25% do objeto, quando divisível, para participação dessas empresas (art. 8º do mesmo Decreto), desde que não haja prejuízo ao conjunto do objeto licitado.

14.3. Inicialmente, quanto ao disposto no art. 6º, verifica-se que o objeto do presente credenciamento, embora a remuneração do serviço seja feita por demanda utilizada, o credenciamento em si não configura itens ou lotes com valor individual predefinido inferior a R\$ 80.000,00 que pudessem ser credenciados exclusivamente para MEs e EPPs sem comprometer o atendimento nas unidades de saúde.

14.4. Quanto à possibilidade de aplicação do art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017, que trata da reserva de até 25% do objeto para microempresas e empresas de pequeno porte em itens divisíveis, procedeu-se à análise de viabilidade técnica e logística dessa medida no contexto específico da aquisição de soluções para hemodiálise, oportunidade em que verificou-se que, embora o objeto possa ser classificado, em tese, como de natureza divisível, o fornecimento das soluções para hemodiálise requer regularidade no abastecimento, devendo ser contínuo e periódico, diante de seu caráter essencial, sendo necessário garantir estoques regulares para evitar a desassistência de pacientes em tratamento dialítico. A eventual reserva de cotas para empresas de menor porte, com menor capacidade logística e de produção, pode acarretar risco de desabastecimento, atrasos nas entregas e interrupção de terapias.

14.5. Dessa forma, embora o objeto em análise seja de natureza divisível, os aspectos técnicos, operacionais e logísticos acima expostos demonstram que a aplicação da reserva de cotas prevista no art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017 não se revela vantajosa para a administração pública no presente caso, podendo comprometer a regularidade do fornecimento, a uniformidade do tratamento e a segurança dos pacientes.

15. DA PROPOSTA

15.1. As propostas apresentadas ao credenciamento (chamamento público) deverão, seguir o ANEXO I - MODELO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO e ter prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de apresentação.

15.2. Na proposta deverão constar que no preço unitário e total para cada item que venham a ser adquiridos estarão incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

15.3. Constará do edital de credenciamento cláusula que exija das CREDENCIADAS, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

15.4. Decorridos 90 (noventa) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os seguintes documentos:

a) Certificado de Validade do Material emitido pela ANVISA/MS.

b) Certificado de **Autorização de Funcionamento** (AFE) e/ou **Autorização Especial** (AE) expedido pela autoridade competente que comprove a situação regular para a prática de atividades relacionadas a fabricação, distribuição, armazenamento, transporte, importação ou exportação de medicamentos, insumos farmacêuticos e produtos para saúde, respaldado pelo art. 2º, I e II da RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009 da ANVISA.

16. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

16.1. Considerando o objeto da presente contratação, a apresentação de amostra é dispensada.

17. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Da Documentação relativa a qualificação técnica:

17.1.1. Em observância ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista a natureza dos objetos a serem adquiridos, cujo uso está diretamente vinculado à preservação da vida e à segurança de pacientes, a Administração considera justificável, por razões de boas práticas administrativas e mitigação de riscos, a exigência de comprovação de capacidade técnica.

17.1.2. A empresa pretensa fornecedora do objeto desta licitação deverá realizar comprovação de sua Capacidade Técnica por meio de documento oficial e legítimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de forma a permitir a devida conferência por parte da Administração Pública sobre a aptidão da empresa para fornecer o objeto conforme as estritas orientações prevista neste Termo de Referência, comprovando o desempenho satisfatório da licitante em fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme o Art. 67 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

17.1.3. Apresentação de atestado ou certidão de capacidade técnica com comprovação de experiência anterior, compatível em características e quantidades com o(s) objeto(s) registrados nesta aquisição, deverão guiar-se de acordo com o delimitado abaixo:

17.1.4. Entende-se por compatível em características, o(s) atestado(s) que contemplem experiência prévia de objetos congêneres aos fixados nesta licitação (fornecimento de medicamentos).

17.1.5. Entende-se por compatível em quantidades, o(s) atestado(s) com no mínimo 20% (vinte por cento) do(s) quantitativo(s) do(s) item(ns) que a proponente participou.

17.1.6. Para atendimento do subitem **17.1.3.1.**, considerando o § 1º do Art. 67, define-se como parcela de maior relevância todos os objetos desta pretensa contratação, por se tratarem de **Medicamentos do Grupo NUTRIÇÃO PARENTERAL**, justificando-se a exigência de comprovação em características similares.

17.1.7. Para atendimento do subitem **17.1.3.2.**, considerando o § 1º do Art. 67, deverá ser observado o(s) valor(es) significativo do(s) objeto(s) da licitação, assim considerados os que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da aquisição.

17.1.8. A exigência de percentual mínimo de fornecimento encontra-se respaldada na jurisprudência dos Tribunais de Contas, sendo considerada viável, proporcional e razoável, por não restringir a competitividade do certame, mas, sim, assegurar a efetiva capacidade técnica das empresas licitantes frente à complexidade do objeto.

17.1.9. Os Atestado(s) ou certidão(s) de capacidade técnica e operacional deverão:

a) Estar em nome da matriz ou da filial da licitante, devidamente assinados, carimbados e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os produtos;

b) Ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

c) indicar o local, a natureza, o volume, as quantidades, os prazos e outros dados característicos dos materiais de consumo;

17.1.10. **Certidão de Regularidade Técnica** emitida pelo **Conselho Regional de Farmácia** do estado onde a empresa proponente está localizada, válida na data da apresentação, que indique o nome e o horário de trabalho do farmacêutico diretor técnico ou responsável técnico, bem como de seus farmacêuticos assistentes técnicos ou substitutos, em conformidade com a Resolução nº 577 de 25 de julho de 2013 do Conselho Federal de Farmácia.

17.2. Da Qualificação Jurídica:

17.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

17.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

17.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

17.2.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

17.2.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

17.2.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

17.2.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

17.3. **Da Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista:**

17.3.1. Comprovação de regularidade fiscal por meio dos documentos a seguir relacionados:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do MF (CNPJ/MF);

II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do dispensado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social);

IV - Certidão Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual;

V - Certidão Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal;

VI - Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440);

17.4. **Da Qualificação Econômico Financeira:**

17.4.1. **Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do CREDENCIADA, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

17.4.2. Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) CREDENCIANTE verificará se a CREDENCIADA teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

17.4.3. Caso a empresa CREDENCIADA não obtenha acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a CREDENCIADA será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

17.5. **Outras declarações: Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:**

17.5.1. Será exigida da CREDENCIADA declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 62 da Lei 14.133/2021 encontrado no anexo III deste Termo de Referência.

17.5.2. A empresa deverá apresentar declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso 33 do art. 7º da Constituição Federal encontrado no anexo II;

17.5.3. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

17.5.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, ou o Balanço de Abertura caso a CREDENCIANTE tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que seja possível aferir se esta possui Patrimônio Líquido (Credenciante constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (Credenciante constituídos há menos de um ano), de **10% (dez por cento)** do valor estimado para o **CREDENCIAMENTO** no qual estiver participando.

17.6. **Das Consultas Adjacentes para Apuração de Idoneidade**

17.7. A Contratante reserva-se o direito de realizar consultas adicionais em outros domínios de acervos oficiais, cadastros e sistemas:

17.7.1. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP: Instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011.

17.7.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU: Regido pela Lei Federal nº 12.846/2013.

17.7.3. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

17.7.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa: Mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (disponível em www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

17.7.5. Lista de Inidôneos: Mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

17.7.6. Adicionalmente, a Administração poderá realizar consultas em outros sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões com o objetivo de identificar possíveis pendências que possam inviabilizar a contratação com o(s) fornecedor(es) vencedor(es).

17.8. **Da análise da documentação de habilitação:**

17.8.1. A administração se reserva ao direito de, considerando as questões de disponibilidade profissional, orçamentária e financeira para deslocamento, realizar visita *in-loco* (se necessário for), **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias** à contar do recebimento da documentação pela Comissão responsável na Supel;

18. **DOS CASOS DE DESCRENCIAMENTO**

18.1. **Pela Credenciante, sem prévio aviso, quando:**

a) A credenciada deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato, Edital e/ou termo de referência.

b) Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo credenciado, este estará sujeito às sanções previstas nos artigos 156 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

c) A credenciada que praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita.

d) Fica assegurado ao credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão Especial de Credenciamento, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e a submeterá ao Gestor da SESAUI para decisão final.

e) Ficar evidenciada a incapacidade da credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção.

f) Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da SESAUI.

g) Em razão de caso fortuito ou força maior.

h) Desinteresse da Administração.

i) E naquilo que coube conforme disposto nas outras hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/2021.

18.1.1. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, nos moldes do art. 100, do Decreto Estadual nº 28.874/2024 *in verbis*:

Art. 100. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante.

§ 1º A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de cinco dias.

§ 2º O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas.

- 18.1.2. A anulação e revogação do credenciamento se darão conforme artigo 22, do DECRETO Nº 11.878 DE 09 DE JANEIRO DE 2024, *in verbis*:
- Art. 22. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
- § 1º Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
- § 2º A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

18.2. **Pelo Credenciado:**

- 18.2.1. *O credenciado poderá realizar sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre o fornecimento prestado, deverá afixar comunicado informando os contatos e endereços da Ouvidoria do Governo do Estado, a saber: CANAIS DE COMUNICAÇÃO - OUVIDORIA GERAL DO ESTADO mediante solicitação direcionada à SESAU/RO ou através dos canais de comunicação:*

CANAIS DE COMUNICAÇÃO - OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	
Contato 1	0800-647-7071
Contato 2	(69) 3212-8050
Contato 3	(69) 3216-1015
E-mail	ouvidoriaro@ouvidoria.ro.gov.br
Endereço	Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, térreo, Porto Velho, RO, CEP 76.820-408
Horário de Atendimento: 7h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira	

- 18.2.2. *O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas.*

19. **DO PAGAMENTO**

- 19.1. A nota fiscal, deve ser emitida, após o recebimento dos medicamentos em suas respectivas localidades estabelecidas, e ainda posteriormente ao devido atestado pela Administração, conforme disposto no no art. 140, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei 14.133/2021, através da Comissão de Recebimento de cada Unidade de Saúde onde as entregas serão realizadas, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do objeto, a data da entrega, o número da nota de empenho e número da Conta Bancária da empresa credenciada do certame, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a habilitação para pagamento, conforme art. 190 do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

- 19.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

- I - Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual;
- II - Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

- 19.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Administração, será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

- 19.4. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Credenciada(s), salvo parte adimplida, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

- 19.5. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$$

- 19.6. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Credenciada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

- 19.7. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

- 19.8. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

- 19.9. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

- 19.10. Os eventuais encargos financeiro, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CREDENCIADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

- 19.11. A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CREDENCIADA.

- 19.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

- 19.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 19.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

- 19.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da nota de empenho, caso o contratado não regularize sua situação.

- 19.16. **Os eventuais encargos financeiros, processuais e de qualquer outra natureza, decorrentes da inobservância, pela licitante, dos prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.**

- 19.17. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada.

- 19.18. *É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação preço ofertado pelo credenciado*

- 19.19. *É vedado ainda a cobrar taxa de correios, como sedex, de pacientes ou familiares.*

20. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 20.1. A Contratação em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como as seguintes normas:

- a) Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de Abril de 2021;
- b) Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022 - Ministério da Economia;

- c) Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024;
- d) Instrução Normativa nº 01/2025/SUPEL-GAB (0057949519);
- e) Lei Federal nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999;
- f) Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
- g) Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 430, de 8 de outubro de 2020 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

20.2. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base na justificativa, possui natureza continuada, podendo ser prorrogável, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, art. 107. Além dos dispostos acima, a pretensa contratação deverá cumprir os seguintes termos:

20.3. **Da Contratação**

20.3.1. Os medicamentos devem possuir registro válido na ANVISA, comprovando sua qualidade, segurança e eficácia; Os medicamentos deverão conter externamente em suas embalagens originais, a identificação do nº do lote, data de fabricação e data de validade e em posição de destaque, a seguinte frase: “VENDA PROIBIDA”;

20.3.2. Os medicamentos deverão ser entregues, com prazo de validade equivalente a no mínimo 80% da validade total, contados da data de fabricação;

20.3.3. As compras de medicamentos, devem atender pelo nome genérico, ou seja, Denominação Comum Brasileira (DCB), ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional, conforme preconiza a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, salvo itens que não existam genéricos ou similares, com previsão de abastecimento para o período de 1 (um) ano.

20.4. **Da Contratação de Pessoa Física**

20.4.1. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade dos serviços que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para prestar o serviço de forma adequada. Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas especializadas. Por isso, a participação de pessoas físicas na contratação pretendida pode colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços a serem prestados.

21. **DAS OBRIGAÇÕES**

21.1. **Da Contratante:**

21.1.1. Além daquelas constantes no Termo de Referência e aquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATANTE se obrigará:

21.1.2. Fiscalizar, acompanhar, conferir e avaliar o objeto deste Estudo, através de representantes designados pela SESA, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Promover através da comissão nomeada, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando as falhas detectadas e comunicando a CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

21.1.3. Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais ao bom desempenho do objeto desta contratação;

21.1.4. Aplicar as penalidades regulamentares cabíveis;

21.1.5. Devolver o material caso não esteja dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência;

21.1.6. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

21.2. **Da Contratada:**

21.2.1. Além daquelas exigidas na Lei 14.133/2021, deverá:

21.2.1.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente as disposições da **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 430, de 8 de outubro de 2020**, no que diz respeito às atividades de DISTRIBUIÇÃO, ARMAZENAGEM OU TRANSPORTE de medicamentos.

21.2.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais adquiridos, nos termos da legislação vigente;

21.2.1.3. Entregar o objeto do registro de preços nas especificações contidas neste Termo de Referência;

21.2.1.4. Entregar o objeto na forma e prazo estipulados;

21.2.1.5. Entregar o objeto nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante;

21.2.1.6. Os materiais que não atenderem exigências deste edital não serão aceitos, devendo ser substituídos imediatamente.

21.2.1.7. Não promover substituição do produto empenhado, sem anuência expressa da contratante;

21.2.1.8. Entregar os produtos em embalagem íntegra, sob pena de rescisão do ajuste, independentemente das combinações legais cabíveis;

21.2.2. A Contratada se obriga a aceitar as supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites da Lei 14.133/21, tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) Contratada(s), diante de necessidade comprovada da Administração.

21.2.3. Responsabilizar-se pela substituição do produto entregue, impossibilitado de uso devido, perda ou deterioração de suas características, devendo ser trocados no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir de comunicação formal do responsável. O ônus de todas as despesas decorrentes da efetivação da troca será da Contratada;

21.2.4. Manter durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.2.5. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto;

21.2.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei;

21.2.7. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento objeto do registro;

21.2.8. Ficará a cargo da empresa vencedora os custos de frete, impostos, taxas e etc., que venham a incidir sobre a aquisição objeto deste Termo de Referência;

21.2.9. No momento da entrega a empresa deverá apresentar relação com o material entregue, contendo marca, especificação e quantidade.

21.2.10. Os preços propostos deverão incluir fretes e demais custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

21.2.11. **O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados; conforme disposto no art. 119 da Lei Federal 14.133/2021.**

21.2.12. **A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; de acordo com o inciso XVI art. 92 da Lei Federal 14.133/2021.**

21.2.13. Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência e seus ANEXOS.

22. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

22.1. Não serão exigidas Garantias Contratuais, uma vez que o objeto da presente licitação não apresenta grande complexidade.

23. **DA CESSÃO, SUBCONTRATAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA**

23.1. É vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes a presente nota de empenho por parte da CREDENCIADA.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. A credenciada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, poderá, de acordo com o Art 155 da Lei 14.133/2021, ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

24.2. Nos termos do Artigo 156 da Lei 14.133/2021 os fornecedores infratores estarão sujeitos às seguintes sanções:

- Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso (tabela 1):

TABELA 1:			
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0%
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0%
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação dos serviços contratuais;	05	3,2%
4.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6%
5.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar reposição complementar; por ocorrência.	02	0,4%
6.	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02	0,4%
7.	Permitir a presença de funcionário sem uniforme e/ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá registrado por ocorrência(s);	01	0,2%
Para os itens a seguir, deixar de:			
8.	Cumprir prazo previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO para fornecimento de materiais ou execução de serviços; por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	03	0,8%
9.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8%
10.	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	03	0,8%
11.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8%
12.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4%
13.	Disponibilizar equipamentos, insumos e papel necessários à realização dos serviços do escopo do contrato; por ocorrência.	02	0,4%
14.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por seus funcionários, em Veículos, equipamentos etc.	02	0,4%
15.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2%

* Incidente sobre o valor da parte inadimplida do contrato.

24.4. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.5. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total da nota de empenho, o que ensejará a rescisão contratual.

24.6. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CREDENCIADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

24.7. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente.

24.8. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais e, no caso de suspensão de licitar, a CREDENCIADA será descredenciada por até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

24.9. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

25. DIREITOS AUTORAIS

25.1. A forma de contratação do objeto não exige a previsão de direitos autorais, propriedade intelectual, nem tampouco sigilo e segurança de dados, conforme Art. 42, inciso XXVII, do Decreto Estadual No. 28.874/2024.

26. REQUISITOS PARA SERVIÇOS QUE ENVOLVAM SOLUÇÃO DE TIC

26.1. O objeto do presente credenciamento não envolve soluções de TIC, conforme Art 42, inciso XXVIII, do Decreto Estadual 28.874/2024.

27. CASOS OMISSOS

27.1. Havendo casos omissos neste Termo de Referência, a CREDENCIANTE decidirá com base no ordenamento jurídico vigente, com base no Código Civil Brasileiro e na Constituição Federal.

28. **CONDIÇÕES GERAIS**
- 28.1. Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021.
- 28.2. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei 14.133/2021 e suas alterações, e/ou subsidiariamente no disposto acima, caso persista a pendência pelos Técnicos desta SESA/RO.
- 28.3. O CREDENCIADO ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da nota de empenho para os seus acréscimos, nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
29. **DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**
- 29.1. O objeto do presente credenciamento e sua forma de contratação não exigem a confecção de planilha de composição de custos e formação de preços, conforme Art. 42, inciso XXX, do Decreto Estadual No. 28.874/2024.
30. **DOS IMPACTOS AMBIENTAIS - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 30.1. Os medicamentos para hemodiálise são essenciais para a vida de muitos pacientes com insuficiência renal crônica, mas também pode ter alguns impactos ambientais. Aqui estão alguns deles:
- a) **Emissões de Gases de Efeito Estufa:** A fabricação das soluções requer energia, que pode resultar em emissões de gases de efeito estufa, dependendo da fonte de energia utilizada. Além disso, o transporte dessas soluções também contribui para emissões, especialmente realizadas por longas distâncias.
- b) **Uso de Recursos Naturais:** A extração dos componentes químicos necessários para a fabricação das soluções pode impactar os recursos naturais, levando a desafios como a escassez de água e a degradação do solo.
- c) **Efluentes Químicos:** Durante o processo de hemodiálise, essas soluções entram em contato com o sangue do paciente e, após o uso, precisam ser descartadas como resíduos biomédicos. Se não forem geridos adequadamente, podem poluir solos.
- d) **Resíduos Sólidos:** Os recipientes e embalagens das soluções, muitas vezes de plástico, podem contribuir para a geração de resíduos sólidos, que, se não reciclados, podem poluir o meio ambiente.
- 30.2. Assim, a contratada deverá adotar os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental aplicáveis ao caso. E se atentar à adoção de medidas sustentáveis, como uso consciente da água, redução do consumo de descartáveis, descarte correto do lixo, preferência por produtos ecologicamente corretos, socialmente responsáveis, visando estimular e fortalecer a cadeia produtiva sustentável e contribuir para a preservação do meio ambiente e o bem-estar da sociedade de forma a alcançar metas ambientais, sociais e econômicas, promovendo um futuro mais sustentável e resiliente.
- 30.3. Deste modo, o Estado também induzirá mudanças sistêmicas a partir do seu poder de compra, atuando na geração de “valor público sustentável”, focado no cidadão.
- 30.4. Deste modo, a Administração incentiva boas práticas para balizar as iniciativas dos órgãos e incluir a preocupação com a sociedade, com as comunidades do entorno com as quais interage e demais interessados.
31. **ANEXOS**
- Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:
- ANEXO I - Modelo de requerimento requerimento de credenciamento;**
- ANEXO II - Modelo declaração de situação de regularidade;**
- ANEXO III - Declaração de Atendimento ao art. 63, inciso IV da Lei Federal nº 14133/2021**

Porto Velho, 29 de abril de 2025.

Elaborador:
REBECA QUEIROZ FERREIRA DE ASEVEDO
Técnica Operacional de Saúde
Gerência de Procedimentos Auxiliares - GECOMP/SESAU

Revisão Técnica:
RAQUEL JORGE DA ROCHA
Farmacêutica - GECOMP/SESAU

MARIA DO CARMO DO PRADO
Gerente de Compras
Portaria nº 2748/2025 (0060005721)

Autorizo Na Forma da Lei, *Autorizo o presente Termo de Referência*, declaro e dou fé destes.

(Assinado Eletronicamente)
ELOIA DUARTE RODRIGUES
Secretária Executiva
Secretaria de Estado da Saúde

ANEXO I
MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. ____/2025

Credenciamento para futura e eventual aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA/RO, por um período de 12 (doze) meses.
O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no Credenciamento, objetivando a entrega de soluções para hemodiálise.

Nome/Razão Social:.....
Endereço Comercial:.....
CEP:..... Cidade:..... Estado:.....
CPF/CNPJ:.....
Profissionais:
Conselho Regional de Classe do Profissional:.....
Identidade (RG) do Profissional:.....
CPF do Profissional:.....

Vínculo do profissional com a Empresa.....

Do profissional responsável:

Nome:

Conselho Regional de Classe do Profissional.....

Identidade (RG) do Profissional.....

CPF do Profissional.....

Declaramos que nas proposta apresentadas deverão constar que no preço unitário e total para cada item que venham a ser adquiridos estarão incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

(Local),/...../.....

(assinatura do representante legal)

(nome do representante legal)

ANEXO II
MODELO DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE

Nome da empresa/pessoa física

Papel Timbrado

Para fins de participação no CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO n.º XXXX/2025, que:

- Declaramos para os fins de direito, a inexistência de fato impeditivo e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Nos termos do Art. 62 da Lei n.º 14.133/2021, comprometemo-nos, sob as penas da Lei, levar ao conhecimento da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA, qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação;
- Declaramos aceitar expressamente todas as condições fixadas nos Documentos de credenciamento, e, eventualmente, em seus Anexos e Suplementos, no que não conflitem com a legislação em vigor;
- Cumprimos com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- Declaramos, outrossim, que nos submetemos a qualquer decisão que a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA, venha a tomar na escolha da credenciada, obedecidos os critérios estabelecidos no edital, reconhecendo, ainda, que não teremos direito a nenhuma indenização em virtude de anulação ou cancelamento do presente Credenciamento.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(Local),/...../.....

(assinatura do representante legal da Credenciada)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 63, INCISO IV DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no art. 63, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/21, que durante a execução do contrato, cumprirá a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas. Local, _____, de _____, de _____



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo do Prado, Gerente**, em 09/06/2025, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rebeca Queiroz Ferreira de Asevedo, Auxiliar Administrativo**, em 10/06/2025, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Jorge da Costa, Farmacêutico(a)**, em 10/06/2025, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELOIA DUARTE RODRIGUES, Secretário(a) Executivo(a)**, em 10/06/2025, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060809822** e o código CRC **FD71FB50**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU
Gerência de Compras - SESAU-GEComp

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO (art. 3º, inc. I)

Objeto: Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE), visando atender as necessidades e demandas do HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

2. DAS FONTES CONSULTADAS (art. 3º, inc. III)

Para estimar o valor de referência, foi constituída uma “cesta de preços válida” por meio de pesquisa realizada na busca de contratação similar, de onde se coletaram os preços conforme estabelecidos nos incisos I e II do § 1º do art. 23 da Lei 14.133/2021, Vejamos:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados observados a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio de pesquisa de preços adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante índice de atualização de preços correspondente;

(...)

A pesquisa foi realizada de forma ampla, buscando prioritariamente os preços em sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, conforme artigo 5º, §1º da Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP

A respeito disso, o § 1º do art. 51 do Regulamento das contratações do Estado de Rondônia (Decreto nº 28.874/2024) decide, de forma literal, que:

Art. 51. A pesquisa de preços deverá ser realizada da forma mais ampla possível de acordo com o regramento do art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º Adotar-se-á como fonte preferencial para elaboração de estimativa de valor de veículos oficiais de divulgação de valores referenciais, tais como bancos ou painéis de preços.

Quanto a esse tema, o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou através do Acórdão 1.875/2021-Plenário, onde dispõe que “as pesquisas de preços, devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames”. (...) (grifo nosso).

Alinhado a esse entendimento, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCERO) ratifica que os preços praticados nas compras públicas DEVEM ser consultados no Portal de Compras Governamentais, a bancos de preços e contratações similares por outros Entes Públicos” (Acórdão AC1-TC 00587/21 referente ao Acórdão do TCU, 16ª Sessão Ordinária, data: 27 de setembro a 1º de Outubro de 2021.) (grifo nosso).

Com tal característica, a Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP delibera em seu art. 5º. Nestas palavras:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns será realizada mediante consulta ao Portal de Compras Governamentais, a bancos de preços e contratações similares por outros Entes Públicos, de acordo com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, adotados de forma combinada ou não (grifo nosso).

3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS (art. 3º, inc. IV)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	BANCO DE PREÇOS 01	BANCO DE PREÇOS 02	BANCO DE PREÇOS 03	BANCO DE PREÇOS 04	BANCO DE PREÇOS 05	MENOR VALOR	VALOR MÉDIO	VALOR MEDIANO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
01	SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE, COMPONENTES SOLUÇÃO ÁCIDA DE POLIELETROLÍTICO (CÁLCIO (CA 3 a 3,5); POTÁSSIO (K 2); SÓDIO (NA 138), ambos nas concentração MEQ/ L SOLUÇÃO HEMO; SEM GLICOSE; DILUIÇÃO 1:44)	GALÕES DE 5 LITROS	4.500	R\$ 21,39	R\$ 27,20	R\$ 21,39	R\$ 16,50	R\$ 21,95	R\$ 16,50	R\$ 22,41	R\$ 21,95	4,06	18,4
02	SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE (BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%), COMPONENTES ADICIONAIS, FRAÇÃO BÁSICA, SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA	GALÕES DE 5 LITROS	5.500	R\$ 18,00	R\$ 17,90	R\$ 17,80	R\$ 17,50	R\$ 14,59	R\$ 14,59	R\$ 17,16	R\$ 17,80	1,45	8,4

VALOR ESTIMADO R\$ 195.225,00 (cento e noventa e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais)

4. MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO E JUSTIFICATIVA (art. 3º, inc. V, VI)

O preço de referência foi estimado por meio da metodologia estatística do PREÇO MÉDIO, em harmonia com o estabelecido no caput do art. 6º da IN 01, de 2021. Antes, porém, os preços coletados foram analisados, visando verificar a variação entre os valores apresentados, em concordância com a orientação do § 5º do art.

1. Os preços pesquisados foram **ordenados no quadro de série de preços coletados, tendo como parâmetro utilizado o PREÇO MÉDIO**, e posteriormente **item**, a fim de evitar a ocorrência de discrepâncias significativas.

Após análise dos preços pesquisados, constituiu-se uma cesta de preço válida, a partir da qual se definiu a metodologia através do Coeficiente de Variação, resultando num percentual **de até 10,90%** (dez reais e noventa centavos). Razão pela qual se utilizou a média como metodologia. Atendendo a lição

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (art. 3º, inc. VII)

O valor orçado nesta pesquisa de preços é de **VALOR ESTIMADO R\$ 195.225,00 (cento e noventa e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais)**. A memória demonstrada no Quadro Comparativo de Preços, onde evidencia, entre outras, a quantidade estimada multiplicada pelo preço unitário da média, mediana ou menor preço (método)

Os documentos que deram suporte para justificar o tratamento dado aos preços coletados, bem como a metodologia que foi aplicada encontram-se anexos aos autos de preços (0060872396□□□□□□□□), o qual contemplam os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR (ART. 3º, INC. VIII)

Não foi utilizada a pesquisa direta com fornecedores como método subsidiário.

JUNIOR SANTANA DE ARAUJO
Chefe de Núcleo - GECOMP/SESAU



Documento assinado eletronicamente por **Junior Santana de Araujo, Chefe de Núcleo**, em 05/06/2025, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18º caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060872426** e o código CRC **7C58346B**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo SEI Nº. **0036.002508/2024-11**

1.2. Unidades Administrativas: **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO, CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA.**

1.3. A Comissão de Planejamento para atuar especificamente na elaboração e revisão Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de Preços e Termo de Referência, que visa a pretensa aquisição de material de consumo (HEMODIÁLISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, por um período de 12 (doze) meses, onde foi instituída através da **Portaria Nº 7497 de 14 de novembro de 2024** (id. 0054802006), publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 22/11/2024.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de:

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- b) Integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema; e
- c) Igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde a população.

2.2. Para cumprir as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e considerando a existência de demandas reprimidas relacionadas às operações e tratamentos de saúde na rede pública, bem como a necessidade imperativa de fornecer terapias de natureza farmacológica de forma ininterrupta, avalia-se como essencial a instauração de processo de aquisição dos recursos materiais necessários. Isso visa preservar a capacidade do sistema e garantir a plena continuidade das ações e serviços de saúde para os usuários assistidos pelo SUS.

2.3. O serviço de Nefrologia no Estado de Rondônia é realizado nas seguintes Unidades de Saúde:

- I - HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP;**
- II - HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC;**
- III - HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO;**
- IV - CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA.**

2.4. A hemodiálise é um procedimento realizado por pessoas que apresentam insuficiência renal aguda ou crônica. Por meio dessa técnica, consegue-se limpar e filtrar o sangue, um processo que deveria ser realizado pelo rim, que se encontra incapacitado de realizar a função. A hemodiálise é um procedimento sério que deve ser realizado em hospitais e clínicas especializadas nessa área. Ela é feita por uma máquina que apresenta uma solução de diálise e uma membrana semipermeável, que atuam para garantir a limpeza do sangue. Inicialmente, costuma-se fazer uma junção entre uma pequena artéria e uma pequena veia (fístula arteriovenosa) a fim de que a artéria torne-se mais resistente para receber as agulhas da hemodiálise. Esse procedimento é feito por um cirurgião vascular cerca de três meses antes do início da hemodiálise.

2.5. Com fulcro em minimizar os riscos inerentes ao tratamento de pacientes com insuficiência renal aguda, que é uma das complicações mais comuns no ambiente hospitalar e sua incidência varia de acordo com a gravidade do paciente.

2.6. Considerando que a Lesão Renal Aguda, também denominada Injúria Renal Aguda (IRA), é caracterizada por uma redução abrupta da função renal, que se mantém por períodos variáveis de tempo, resultando na incapacidade dos rins de exercerem suas funções básicas de excreção e manutenção da homeostase hidroeletrólítica do organismo;

2.7. Assim, justifica-se a aquisição a fim de continuar realizando o tratamento de hemodiálise no estado. Bem como oferecer maior segurança em todas as etapas do tratamento, bem como garantir que os pacientes sejam atendidos de forma adequada.

2.8. É de amplo conhecimento que a imensa maioria da população brasileira, depende exclusivamente do SUS para obter serviços de saúde, segundo o IBGE de cada 10 (dez) brasileiros 7 (sete) dependem exclusivamente do SUS para tratamento de saúde (<https://tinyurl.com/yyq7kaa6>).

2.9. A aquisição a serem contratados visam assegurar:

- I - A prestação de serviços de terapia renal substitutiva em caráter contínuo e eficiente;
- II - O Aumento da capacidade de atendimento, e a redução da espera para realização dos procedimentos;
- III - Os resultados esperados visam promover, desta forma, maior qualidade e presteza no atendimento, satisfação e segurança do usuário. Como vantagens, haverá maior garantia de agilidade no atendimento à portadores de insuficiência Renal aguda e crônicos agudizados, promovendo economia, vantajosidade e celeridade nos processos de trabalho.

2.10. A constituição estabelece em seus dispostos, que o Estado tem o dever de assegurar efetivamente o direito à saúde a todos os cidadãos, como corolário da própria garantia do direito à vida. *In verbis*:

2.11. *Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".*

2.12. As unidades de saúde realizam atendimento tanto de pacientes com doença renal crônica terminal quanto pacientes com doença renal substitutiva na modalidade de hemodiálise para manutenção da vida, correção de distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básico.

2.13. Considerando que a injúria renal aguda (IRA), ocorre em 30-50% dos pacientes internados em unidade de terapia intensiva e resulta na inabilidade dos rins para exercer as funções de excreção, manter o equilíbrio ácido-básico e homeostase hidroeletrólítica no organismo. As complicações da IRA contribuem significativamente para a elevação das taxas de morbidade e mortalidade de pacientes em estado crítico, devido ao alto risco de complicações é necessário tomar alguns cuidados específicos com pacientes em estado grave.

2.14. Considerando que o atendimento destes pacientes é diferente dos pacientes ambulatoriais que dialisam três vezes por semana com duração de quatro horas, pois pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), possuem alterações hemodinâmicas, riscos de sangramento após cirurgias, maior risco de arritmias, etc., portanto necessitam de um tratamento individualizado.

2.15. Considerando pesquisas como a de Custódio & Lima (2013), a hemodiálise estendida (HE), é um procedimento de maior duração – de 6 a 8h (com diminuição da taxa de ultrafiltração/hora), com redução do fluxo sanguíneo (100-200 ml/min) e do dialisato (300ml/min), minimizando o desequilíbrio osmótico, mas sem diminuir a depuração do soluto. E ainda, a HE promove estabilidade hemodinâmica comparável a dos procedimentos contínuos e superior a modalidade intermitente, e é preferível em pacientes que dependem de doses de noradrenalina maiores que 0,2mcg/kg/min, para evitar instabilidade cardiovascular.

2.16. Considerando que o uso de dialisato de baixa temperatura (35°C), níveis mais altos de cálcio (3,5meq/L), e perfis de sódio e ultrafiltração são frequentemente

associados para minimizar o risco de hipotensão.

- 2.17. Considerando [Evaristo LS et al.,\(2020\)](#) que apresenta a hipotensão como principal intercorrência observada durante o procedimento de hemodiálise e pode ser justificada pela perda de líquido e minerais (cálcio e sódio) na HD, e ainda a hipoglicemia como uma das principais intercorrências e que "pode estar associada ao uso de uma solução dialítica que não contém ou é pobre em glicose".
- 2.18. Considerando que a frequência dos episódios de hiper ou hipoglicemia durante a sessão de hemodiálise estão associados a elevação da morbidade a longo prazo nos pacientes dialíticos ([BURMEISTER et al., 2012](#)).
- 2.19. Considerando que o Centro de Diálise Madeira Mamoré (CDMM) atende pacientes renais Agudos/Crônicos com quadro Clínico Agudizado, desempenhado atividades, Estratégicas, Táticas e Operacionais utilizando o espaço físico do Hospital de Base Ary Pinheiro (HBAP) desde a sua inauguração para atendimento dos pacientes oriundos de leitos clínicos, do serviço próprio da Secretaria Estadual de Saúde de Rondônia - SESAU/RO na capital Porto Velho, sendo estes Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JP , Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON e Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP, bem como, os leitos de UTIs das unidades; Assistência Médica Intensiva - AMI Bloco 01 e 02, Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD, JP II, CEMETRON/JBS e UTIs HBAP.
- 2.20. Para evitar que situações similares se repitam no futuro e garantir a continuidade do abastecimento deste medicamento tão indispensável, é imperativo que a Hidroxipropilmetilcelulose seja devidamente incluída nos processos de compra para o próximo ciclo orçamentário. Tal medida não apenas assegurará a disponibilidade contínua do produto, mas também demonstrará nosso compromisso com a excelência no atendimento à saúde ocular de nossa comunidade.
- 2.21. Considerando que a Insuficiência Renal é uma doença de alta morbimortalidade associada, e, a disponibilidade dos procedimentos dialíticos para o paciente grave é por vezes o divisor de águas entre sua recuperação e seu óbito, sendo, portanto, indiscutível a necessidade da manutenção da disponibilidade do serviço de Terapia Renal
- 2.22. Atualmente, diagnostica-se a iminente falta dos materiais essenciais para atender às demandas, gerando com isso demandas reprimidas nas unidades de saúde, além de fragilizar a execução de tratamentos em curso, comprometendo a disponibilidade regular de medicamentos da Farmácia Especializada do Estado de Rondônia e as Farmácias das Gerências Regionais de Saúde do Estado de Rondônia, entre outras ações essenciais ligadas à saúde pública, que dependem ativamente do fornecimento contínuo de princípios ativos farmacológicos.
- 2.23. Diante desse contexto, justifica-se a necessidade inadiável de contratar os agentes farmacológicos a fim de garantir a manutenção dos serviços prestados pela da Farmácia Especializada do Estado de Rondônia e as Farmácias das Gerências Regionais de Saúde do Estado de Rondônia da rede pública estadual. **Para tanto, a presente solicitação visa assistir o ecossistema da saúde estadual, a fim de garantir a continuidade dos serviços de saúde essenciais para a proteção da integridade física e psicológica da população atendida pelo SUS.**

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 3.1. Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do **HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA**, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, por um período de 12 (doze) meses, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme descrito no **Documento de Oficialização de Demanda 30 (0048686190)**.
- 3.2. Em observância ao disposto no art. 30, II, do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual estabelece que uma das etapas da fase preparatória consiste na declaração de que o objeto a ser licitado consta do Plano de Contratações Anual - PCA, esclarece-se que o PCA será embasado na Programação Anual de Saúde de 2024 - PAS que já aprovada, estando a referida contratação inserida na Meta 4.4.1.2
- 3.3. Nos presentes autos há a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, solicitada pelo Memorando 744 (0048963632), e indicado pela Informação nº 2270/2024/SESAU-NPPS (id. 0048978973), emitido pelo Núcleo de Planejamento e Programação e Saúde - SESAU-NPPS/CPOP, que informa que a pretendida despesa pode ser programada conforme quadro constante naquela Informação, o qual replicamos abaixo:

INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atenção ao Memorando 744 (0048963632), informa-se que a despesa requerida poderá ser programada, conforme informação abaixo:

DESCRIÇÃO DA DESPESA			
OBJETO PROCESSUAL: Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE), visando atender as necessidades e demandas do HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO;			
Resposta ao:		Memorando 744 (0048963632)	
PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ATENDIDA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA
17.012.10.302.2034.4009 - ASSEGURAR ATENDIMENTO EM SAÚDE NAS UNIDADES HOSPITALARES	Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HBAP Hospital Regional de Cacoal - HRC	1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde 2.500.0.01002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde - Superávit 2.600.0.00001 Superávit - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde. 1.600.0.00001 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde 2.6.59.000001 - Outros Recursos Vinculados à Saúde.	3.3.90.30 - Material de consumo

Ressalta-se ainda que a aludida informação é exclusivamente para indicação da programação, cabendo a anuência de execução da despesa ao ordenador, desde que tenha, no momento dessa execução, recursos orçamentários e financeiros suficientes para o atendimento.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A Contratação em tela deverá obedecer no que couber, às seguintes normas e dispositivos legais:
- a) Lei Federal nº. 14.133/2021
- b) Dec. Estadual nº. 28.874/2024.
- 4.2. **A CREDENCIADA deverá cumprir os seguintes requisitos:**
- 4.2.1. Comprovar o registro dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, dos insumos;
- 4.2.2. Apresentar os catálogos e manuais dos insumos visando à comprovação das especificações solicitadas, quando necessário;
- 4.2.3. Comprovar, através da apresentação dos documentos pertinentes, a saúde financeira da empresa, por meio das condições de qualificação econômico-financeira estabelecidas;
- 4.2.4. Autorização para funcionamento expedido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador;
- 4.2.5. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância da Secretaria Estadual ou Municipal, da empresa a ser contratada;
- 4.2.6. Comprovar, através de atestados de capacidade técnicas fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que possui aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazo compatíveis com a presente contratação, e
- 4.2.7. Os materiais deverão ter prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data da entrega, exceto nos casos em que o produto comprovadamente possuir prazo de validade inferior em virtude de suas características de composição.
- 4.3. **Do Local e horário:**

Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
PORTO VELHO/RO	Coordenadoria de Gestão de Assistência Farmacêutica – SESAUCGAFRua Aparício de Moraes, 4338 Bairro Industrial, CEP: 76.821-240, Telefone (69) 3216-8569 /3216-8592 - de Segunda a Sexta-Feira das 7h30min às 13:00h, sob a supervisão dos membros da Comissão de Recebimento daCentral de Abastecimento Farmacêutico I - CAFI/CGAF/SESAUC-RO.

Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
ARIQUEMES/RO	Centro de Diálise de Ariquemes, situado na Rua Capitão Silvío, número 3578, no Bairro Industrial, CEP 76.872-899, em Ariquemes/ RO, durante o horário comercial de funcionamento das 08h00min às 15h00min, de segunda a quinta-feira, e das 08h00min às 13h00min nas sextas-feiras.

Aquisição de material de consumo (HEMODIALISE)	
LOCALIDADE	ENDEREÇO DE ENTREGA
CACOAL/RO	Hospital Regional de Cacoal, sito a Avenida Malaquita nº 3581 – Bairro: Josino Brito – CEP: 76.961-887 – CACOAL/RO, horário das 08h00min horas as 15h00min horas, de segunda a quinta-feira e das 08:00 00min horas as 13h00min horas, as sexta-feiras.

- 4.4. **Comissão de recebimento:**
- 4.4.1. A contratante nomeará uma Comissão de no mínimo 3 (três) servidores efetivos que fiscalizará o recebimento dos materiais e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.
- 4.4.2. A fiscalização pela contratante, não desobriga a contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.
- 4.4.3. A ausência de comunicação por parte da contratante referente a irregularidades ou falhas, não exime a contratada das responsabilidades determinadas no Contrato.
- 4.4.4. As embalagens deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes aos seus fabricantes ou importadores, estar em consonância com as normas da ANVISA, ABNT, INMETRO etc.
- 4.5. **Do Prazo de entrega:**
- 4.5.1. O fornecimento/entrega deverá ser efetuado no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, na totalidade do objeto contratado, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do Instrumento de contrato, se for o caso;
- 4.5.2. A confirmação do recebimento da Nota de Empenho ou do Instrumento de contrato, se for o caso, deverá ocorrer em até **24 horas**.
- 4.5.3. A empresa CREDENCIADA deverá comunicar a data e o horário previsto para a entrega nos locais estabelecidos, no horário do expediente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
- 4.5.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 4.5.5. Para execução dos serviços a empresa deverá observar, além das exigências constantes neste Estudo Técnico, as seguintes:
- 4.5.6. Não serão aceitos produtos recondicionados, remanufaturados, reciclados, ou outra terminologia empregada para identificar que o produto seja proveniente de reutilização de materiais de toda espécie;
- 4.5.7. Os materiais deverão atender as normas do Ministério da Saúde/Vigilância Sanitária e demais legislações sanitárias vigentes, no que concerne a apresentação, inviolabilidade, embalagem, esterilização dos produtos quando indicado;
- 4.5.8. A entrega dos materiais deverá ocorrer por conta exclusiva da Contratada com todas as despesas decorrentes de carga/descarga e transporte até o local;
- 4.5.9. As entregas deverão ser acompanhadas das respectivas Notas Fiscais.
- 4.5.10. Nas notas fiscais de venda deverão constar a descrição completa do material, marca, fabricante, o número do item ao qual ele se refere, o número do credenciamento e os números da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.
- 4.5.11. Na nota fiscal deverão constar todos os números de lotes correspondentes ao material entregue.
- 4.5.12. Os medicamentos adquiridos deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e sempre que necessário a unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.
- 4.5.13. Os produtos químicos adquiridos deverão ser acompanhados da Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ.
- 4.5.14. As soluções deverão ser entregues de acordo com as especificações solicitadas, dentro dos prazos estabelecidos.
- 4.5.15. Os medicamentos deverão ser rotulados de acordo com a legislação em vigor e embalados de acordo com a praxe do fabricante, de forma a garantir a sua integridade até o momento do uso.
- 4.5.16. Os medicamentos ofertados deverão atender à Lei 8078/90 do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes.
- 4.6. **Do prazo para troca/substituição de bens fornecidos com problema**
- 4.6.1. Os produtos que não estiverem dentro das especificações técnicas serão devolvidos ao fornecedor para substituição imediata, sem ônus para esta Secretaria, sob pena de aplicação de penalidades.
- 4.6.2. A CREDENCIADA deverá efetuar a troca dos itens em questão, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, podendo este prazo ser reduzido de acordo com a necessidade.
- 4.6.3. Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratórios de controle de qualidade acreditados junto ao instituto de pesquisas tecnológicos (IPT) ou INMETRO ou rede brasileira de laboratórios analíticos em saúde (REBLAS) em nome do fabricante ou do detentor do registro do produto.
- 4.6.4. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante.
- 4.6.5. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à vigilância sanitária para a inutilização nos termos legais.
- 4.7. **Da descontinuidade na fabricação e/ou comercialização do produto ofertado**
- 4.8. Em caso de comprovada descontinuidade na fabricação e/ou comercialização do produto ofertado, decorrente de fato superveniente, poderá ser permitida a sua substituição, mediante requerimento, por escrito e fundamentado da empresa contratada, e desde que o produto conserve as especificações técnicas mínimas exigidas no edital, tenha qualidade similar ao produto substituído e que não acarrete qualquer ônus à esta Secretaria.
- 4.9. O pedido para a substituição será submetido às áreas técnicas envolvidas, e à decisão superior, por ato administrativo, devidamente motivado, e desde que atenda aos interesses desta Secretaria.

5. DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MENSAL	QUANTITATIVO ANUAL

01	SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE, COMPONENTES SOLUÇÃO ÁCIDA DE POLIELETROLÍTICO (CÁLCIO (CA 3 a 3,5); POTÁSSIO (K 2); SÓDIO (NA 138), ambos nas concentração MEQ/ L SOL HEMO; SEM GLICOSE; DILUIÇÃO 1:44)	GALÕES DE 5 LITROS	4.500	54.000
02	SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE(BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%),COMPONENTESADICIONAIS, FRAÇÃOBÁSICA,SOLUÇÃO ESTÉRIL E APROGÊNICA	GALÕES DE 5 LITROS	5.500	66.000

Documento de Oficialização de Demanda 30 (0048686190)

5.1. Justificativa do Quantitativo (memória de cálculo):

5.1.1. Considerando o contexto da SESAU e o sistema de gestão de estoque HOSPUB, é crucial reconhecer a necessidade de uma abordagem mais precisa na previsão de demanda e aquisição de medicamentos. O sistema atual, embora funcional, apresenta limitações significativas, especialmente no que diz respeito à falta de capacidade de monitorar o consumo em cada unidade de saúde de forma detalhada

5.1.2. Foi elaborado um processo para levantamento do consumo das unidades conforme 0036.022886/2024-11, planilha 0048661247 que extrai o consumo anual das unidades de um período de 2019 a 2023 fornece uma base útil para análise, mas é importante reconhecer que essa análise pode ser limitada devido a lacunas temporais e mudanças nas condições de consumo, especialmente durante a pandemia de COVID-19.

5.1.3. A prospecção de utilização da solução de hemodiálise pelas unidades de saúde para o ano corrente indica um aumento potencial na demanda por esse medicamento específico. Esse aumento pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo um aumento na prevalência de condições médicas que requerem esse tratamento, bem como mudanças nas práticas de prescrição ou nas diretrizes de tratamento médico.

5.1.4. Diante desses desafios, é essencial adotar uma abordagem mais proativa e adaptativa na gestão de estoques de medicamentos. Segue alguns dos nossos desafios.

I - **Atualização e refinamento do sistema de gestão de estoque:** Reconhecendo as limitações do sistema HOSPUB, é recomendável explorar opções para atualizar ou complementar o sistema atual com ferramentas que possibilitem uma monitorização mais precisa do consumo em cada unidade de saúde.

II - **Implementação de modelos de previsão de demanda mais robustos:** Além da análise retrospectiva fornecida pela planilha 0048661247, é necessário implementar modelos de previsão de demanda mais avançados que incorporem dados em tempo real e considerem variáveis como sazonalidade, tendências históricas e eventos especiais, como a pandemia de COVID-19.

III - **Melhoria na comunicação e colaboração entre unidades de saúde e SESAU:** É importante estabelecer canais de comunicação eficazes para que as unidades de saúde possam relatar suas necessidades de forma mais precisa e atualizada, facilitando uma resposta ágil por parte da SESAU na aquisição e distribuição de medicamentos.

IV - **Monitoramento contínuo e ajuste:** Uma vez implementadas essas medidas, é fundamental monitorar continuamente o desempenho do sistema de gestão de estoque e fazer ajustes conforme necessário para garantir uma resposta eficaz às demandas das unidades de saúde.

5.1.5. Justifica-se o quantitativo (memória de cálculo), levando em consideração a quantidade de transplantes realizados, bem como a média do quantitativo das medicações utilizadas. Esses elementos garantem que o quantitativo seja adequado para suprir as necessidades da instituição por este período, proporcionando serviços de saúde de qualidade, eficientes e acessíveis à comunidade atendida.

SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE					
	2019	2020	2021	2022	2023
HB	174	185	259	269	236
HRC	388	728	128	80	696
HEURO	-	-	-	-	-
CDA	1.547	2.079	1.998	2.195	2.251

SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE					
	2019	2020	2021	2022	2023
HB	208	275	358	329	424
HRC	480	1.061	-	-	832
HEURO	-	-	-	-	-
CDA	1.570	3.119	2.998	3.293	3.377

5.2. É importante destacar que as quantidades tratam-se de uma estimativa inicial destinada a atender as necessidades previstas no atual momento.

5.3. Assim, as quantidades podem ser ajustadas de acordo com a demanda futura e as necessidades específicas que possam surgir no decorrer do período de vigência da contratação.

6. CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

6.1. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade dos serviços que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para prestar o serviço de forma adequada;

6.2. Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas especializadas. Por isso, a participação de pessoas físicas na contratação pretendida pode colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços a serem prestados;

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. Pesquisa de mercado:

7.1.1. A pesquisa de mercado é um passo fundamental para garantir a contratação de uma empresa com expertise e capacidade para atender à demanda solicitada, visando as empresas mais próximas, preferencialmente em Porto Velho/RO, visando a celeridade da prestação do referido serviço.

7.1.2. Assim, buscou-se no Google: utilizando a palavras-chave como "Soluções para hemodiálise" e "empresas que fornecem soluções para hemodiálise" para encontrar empresas locais.

7.2. Em relação à pesquisa realizada sobre as empresas que podem oferecer as soluções para hemodiálise atuantes na cidade de Porto Velho, não foram identificados estabelecimentos que atendem a este segmento, o que revela uma escassa oferta para a cidade de Porto Velho/RO e na região.

7.3. Consulta a outros órgãos:

7.3.1. A consulta a outras entidades públicas que já passaram por situações semelhantes é uma prática fundamental para identificar boas práticas, soluções eficazes e possíveis dificuldades que podem ser encontradas durante o processo de contratação. Assim, buscou-se no PNCP a forma de contratação do objeto buscando identificar e as soluções possíveis e disponíveis no mercado;

Editais e Avisos de Contratações A Receber/Recebendo Propostas

Termo Pesquisado: "solução para hemodíalise"
Exibindo: 4 de 4

Ordenar por: Mais recente

Edital nº 90012/2025 Id contratação PNCP: 46854998000192-1-000013/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 17/12/2024 Órgão: HOSPITAL DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL Local: São Paulo/SP Objeto: Registro De Preços Para O Fornecimento De Medicamentos (Soluções Ácida E Básica Para Hemodíalise).	>
Edital nº 90062/2024 Id contratação PNCP: 15126437000143-1-004044/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 16/12/2024 Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES Local: Campina Grande/PB Objeto: Aquisição de MMH (Cateteres, Equipos, Câmulas e Outros), para atender as necessidades do Hospital Universitário Alcides Carneiro - UFCG, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.	>
Edital nº 90190/2024 Id contratação PNCP: 46374500000194-1-010759/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 09/12/2024 Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE Local: Assis/SP Objeto: Aquisição de soluções parenterais e medicamentos EV	>
Edital nº 90090/2024 Id contratação PNCP: 15126437000143-1-003949/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 06/12/2024 Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES Local: Brasília/DF Objeto: Aquisição de medicamentos gerais e diversos para o abastecimento da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques, a fim de atender às necessidades do Hospital Universitário de Brasília - HUB, conforme Pregão 90.090/2024.	>

Verifica-se pelo PNCP que a grande maioria dos órgãos públicos realizam a aquisição de Solução para Hemodíalise por meio de pregão ou dispensa.

Contratos Vigentes

Termo Pesquisado: "solução para hemodíalise"
Exibindo: 5 de 5

Ordenar por: Mais recente

Empenho nº 1352034 Última Atualização: 22/11/2024 Id contrato PNCP: 07954480000179-2-025588/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 22/11/2024 Órgão: ESTADO DO CEARÁ Local: Fortaleza/CE Vigência: de 21/11/2024 a 31/12/2024 Objeto: CLORETO DE SODIO, 138 MEQ/L CLORETO DE POTASSIO 15MEQ/L A 2,0MEQ/L CLORETO DE CALCIO 2,0MEQ/L A 3,5MEQ/L DILUICAO 1:34 - ASSOCIACAO SEM GLICOSE, SOLUCAO FRACAO ACIDA, SOLUCAO PARA HEMODIALISE, GALAO 5,0 LITROS, MARCA: farmace; PARA O HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA.	Valor Global Contratado: R\$ 32.000,00	>
Empenho nº 1336449 Última Atualização: 10/09/2024 Id contrato PNCP: 07954480000179-2-014483/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 10/09/2024 Órgão: ESTADO DO CEARÁ Local: Fortaleza/CE Vigência: de 09/09/2024 a 31/12/2024 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO PARA O HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/HGF - SOLUCAO FRACAO, BOMBONA 5 LITROS, BASICA BICARBONATO DE SODIO, 8,4% 84 MG/ML, SOLUCAO PARA HEMODIALISE, BOMBONA 5,0 LITROS, MARCA: FARMACE	Valor Global Contratado: R\$ 28.000,00	>
Empenho nº 1335546 Última Atualização: 10/09/2024 Id contrato PNCP: 07954480000179-2-014436/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 10/09/2024 Órgão: ESTADO DO CEARÁ Local: Fortaleza/CE Vigência: de 09/09/2024 a 31/12/2024 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO PARA O HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA (CLORETO DE SODIO, 138 MEQ/L CLORETO DE POTASSIO 15MEQ/L A 2,0MEQ/L, CLORETO DE CALCIO 2,0MEQ/L A 3,5MEQ/L DILUICAO 1:34 - ASSOCIACAO SEM GLICOSE, SOLUCAO FRACAO ACIDA, SOLUCAO PARA HEMODIALISE, GALAO 5,0)	Valor Global Contratado: R\$ 48.000,00	>
Contrato nº 009436701/2024 Última Atualização: 23/08/2024 Id contrato PNCP: 17217332000125-2-000103/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 23/08/2024 Órgão: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG Local: Belo Horizonte/MG Vigência: de 23/08/2024 a 22/08/2025 Objeto: O objeto do presente Contrato é a aquisição de MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES do tipo SOLUCAO PARA HEMODIALISE para o abastecimento do Almoxarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro - HGIP/IPSEMG, sob a forma de ENTREGA PARCELADA, pelo periodo de 12 (DOZE) MESES, que deve ser executado conforme condições do Termo de Referência.	Valor Global Contratado: R\$ 33.600,00	>
Empenho nº 1315590 Última Atualização: 10/05/2024 Id contrato PNCP: 07954480000179-2-003219/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 10/05/2024 Órgão: ESTADO DO CEARÁ Local: Fortaleza/CE Vigência: de 09/05/2024 a 31/12/2024 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO PARA HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/HGF - SOLUCAO FRACAO, BOMBONA 5 LITROS, BASICA BICARBONATO DE SODIO, 8,4% 84 MG/ML, SOLUCAO PARA HEMODIALISE, BOMBONA 5,0 LITROS, MARCA: FARMACE	Valor Global Contratado: R\$ 42.000,00	>

7.4. Observa-se ainda pelo PNCP que os órgãos buscam a formalização de contratos para o fornecimento do presente material.

Atas de Registro de Preços Vigentes

Termo Pesquisado: "solução para hemodiálise"
Exibindo: 10 de 43

Ordenar por: Mais recente

Ata nº 00668/2024 Id ata PNCP: 46068425000133-1-000423/2024-000001 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 16/08/2024 Órgão: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Local: Campinas/SP Objeto: Registro de Preços de Solução para Hemodiálise	>
Ata nº 00123/2024 Id ata PNCP: 15126437000143-1-000964/2024-000005 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 13/06/2024 Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES Local: Manaus/AM Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Medicamentos Diversos, Controlados da Portaria nº 344/98 e Solução para Hemodiálise, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Getúlio Vargas visando a reposição de estoque para o período de 12 (doze) meses.	>
Ata nº 00124/2024 Id ata PNCP: 15126437000143-1-000964/2024-000004 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 04/06/2024 Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES Local: Manaus/AM Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Medicamentos Diversos, Controlados da Portaria nº 344/98 e Solução para Hemodiálise, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Getúlio Vargas visando a reposição de estoque para o período de 12 (doze) meses.	>
Ata nº 00122/2024 Id ata PNCP: 15126437000143-1-000964/2024-000003 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 04/06/2024 Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES Local: Manaus/AM Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Medicamentos Diversos, Controlados da Portaria nº 344/98 e Solução para Hemodiálise, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Getúlio Vargas visando a reposição de estoque para o período de 12 (doze) meses.	>
Ata nº 00121/2024 Id ata PNCP: 15126437000143-1-000964/2024-000002 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 04/06/2024 Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES Local: Manaus/AM Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Medicamentos Diversos, Controlados da Portaria nº 344/98 e Solução para Hemodiálise, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Getúlio Vargas visando a reposição de estoque para o período de 12 (doze) meses.	>
Ata nº 00120/2024 Id ata PNCP: 15126437000143-1-000964/2024-000001 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 14/05/2024 Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES Local: Manaus/AM Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Medicamentos Diversos, Controlados da Portaria nº 344/98 e Solução para Hemodiálise, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Getúlio Vargas visando a reposição de estoque para o período de 12 (doze) meses.	>

- 7.5. Observa-se ainda que são realizados processos para registro de preços.
- 7.6. A tabela CMED regula os preços máximos dos medicamentos e produtos de saúde no Brasil. Quando os preços praticados pelas empresas fornecedoras de soluções de hemodiálise estão acima da tabela, isso gera um conflito com os parâmetros legais e contratuais. O aumento dos preços acima do que é estipulado pela CMED pode resultar em dificuldades no processo de contratação.
- 7.7. Como a tabela CMED estabelece os valores máximos que podem ser pagos pelos órgãos públicos, caso os preços ofertados pelas empresas sejam superiores, a administração pública pode enfrentar dificuldades em justificar a compra, sendo possível a rejeição das propostas, ou a necessidade de negociação para redução dos valores.
- 7.8. Outro ponto importante a ser considerado é a falta de competitividade no setor de fornecimento de soluções de hemodiálise. Isso ocorre de devido à escassez de empresas que oferecem esses produtos e como resultado podemos ter preços elevados com pouca margem de negociação. E quando há poucas opções no mercado, as empresas fornecedoras podem manter preços elevados, aproveitando a falta de concorrência. Isso coloca os gestores públicos em uma posição difícil, pois mesmo com preços fora da tabela CMED, não há alternativas viáveis.
- 7.9. A logística de transporte das soluções de hemodiálise para a região norte e a gestão de estoque de soluções de hemodiálise também geram dificuldades. Como esses produtos ocupam um volume muito expressivo e exigem condições específicas de transporte e armazenamento, o controle eficiente e os custos associados à distribuição podem elevar o preço final, o que impacta o orçamento público.
- 7.10. No que tange ao mercado fluido, o mesmo pode ser encontrado no Art. 79, inciso III, onde cita:
- Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.
- 7.11. Conforme descrito acima mercado fluido é aquele em que o preço e as condições de contratação variam constantemente, tornando difícil ou inviável definir um vencedor único por meio de um processo tradicional de licitação.
- 7.12. Na contratação em questão, mesmo existindo apenas dois fornecedores no Brasil, o mercado fluido resulta na competição direta entre eles, especialmente no que diz respeito aos valores ofertados e às condições comerciais que podem flutuar em função da negociação ou da demanda. Essa abordagem tem como vantagem não apenas a flexibilidade para contratar, mas também a possibilidade de manter a continuidade do serviço essencial, evitando interrupções no tratamento de pacientes que dependem das soluções para hemodiálise.
- 7.13. Em consonância às pesquisas realizadas no PNCP e no mercado local, pode-se concluir que a cidade de Porto Velho e região não possui fornecedores locais, sendo necessário a procura de fornecedores em outros Estados para atender a contratação em epígrafe.
- 7.14. Do ponto de vista financeiro, será mais custoso para a Administração Pública o transporte desses medicamentos, todavia esta permanece sendo a única opção viável uma vez que o medicamento é de suma importância para o tratamento de hemodiálise e os fornecedores não foram encontrados na capital e região. Desta forma o credenciamento permite valores mais vantajosos, uma vez que existem apenas dois fornecedores no território nacional para entregar o produto.
- 7.15. Portanto, a escolha pela modalidade de credenciamento atende tanto às exigências de eficiência administrativa quanto à otimização dos recursos públicos, beneficiando diretamente os pacientes necessitados ao assegurar o acesso do serviço de forma ágil.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa do valor a ser contratado foi realizado pelo Núcleo de Pesquisa de Preços, pertencente a essa Secretaria do Estado da Saúde, através do Relatório de Pesquisa de Preços (0055729927), onde concluiu que o valor estimado mensal é de R\$ 178.625,00 (Cento e setenta e oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais), conforme exposto abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	BANCO DE PREÇOS 01	BANCO DE PREÇOS 02	BANCO DE PREÇOS 03	BANCO DE PREÇOS 04	BANCO DE PREÇOS 05	MENOR VALOR	VALOR MÉDIO	VALOR MEDIANO	DESPAD
01	SOLUÇÃO ÁCIDA PARA HEMODIÁLISE, COMPONENTES SOLUÇÃO ÁCIDA DE POLIELETROLÍTICO (CÁLCIO (CA 3 a 3,5); POTÁSSIO (K 2); SÓDIO (NA 138), ambos nas concentração MEQ/ L SOL HEMO; SEM GLICOSE; DILUIÇÃO 1:44)	GALÕES DE 5 LITROS	4.500	R\$ 20,00	R\$ 17,11	R\$ 21,05	R\$ 16,00	R\$ 18,05	R\$ 16,00	R\$ 18,44	R\$ 18,05	2,
02	SOLUÇÃO BÁSICA PARA HEMODIÁLISE(BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%), COMPONENTESADICIONAIS, FRAÇÃOBÁSICA,SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA	GALÕES DE 5 LITROS	5.500	R\$ 20,95	R\$ 17,00	R\$ 17,00	R\$ 14,00	R\$ 17,99	R\$ 14,00	R\$ 17,39	R\$ 17,00	2,
VALOR ESTIMADO R\$ 178.625,00 (cento e setenta e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais).												

8.2. Sendo assim, com base na informação acima estabelecidas, podemos mensurar os seguintes valores abaixo:

- a) VALOR MENSAL: **R\$ 178.625,00 (cento e setenta e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais)**
- b) VALOR SEMESTRAL: **R\$ 1.071.750,00 (um milhão, setenta e um mil, setecentos e cinquenta reais)**
- c) VALOR ANUAL: **R\$ 2.143.500 (dois milhões, cento e quarenta e três mil e quinhentos reais)**

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 9.1. Levantado em consideração todos os itens apresentados até o momento, esta setorial aponta a contratação em epígrafe, através do **instrumento acessório de Credenciamento é perfeitamente viável**, desde transcorridas todas as etapas exigidas pela lei 14.133/2021 no que tange o artigo 79 e demais legislações pertinentes;
- 9.2. É importante ressaltar que este instrumento acessório permitirá a escolha das instituições mais capacitadas para a prestação do serviço, além de permitir uma cobertura de todo o Estado de Rondônia ser for o caso;
- 9.3. Dentre os diferenciais desta solução podemos destacar:
- I - **Segurança no Abastecimento:** Ter múltiplos fornecedores credenciados garante que, em caso de ruptura de estoque ou problemas com um fornecedor, outros possam suprir a demanda sem interrupção do tratamento.
 - II - **Simplificação do Processo de Aquisição:** Com um processo de credenciamento bem estruturado, haverá a redução da burocracia e agilidade quanto a aquisição das soluções, garantindo sempre o abastecimento.
 - III - **Transparência e Controle:** O credenciamento estabelece critérios claros e transparentes para a seleção de fornecedores, permitindo melhor monitoramento e controle dos contratos 4350e do desempenho dos fornecedores.
 - IV - **Otimização dos Recursos:** Com um leque maior de fornecedores, é possível negociar melhores condições de preço e pagamento, resultando em economia de custos para as instituições de saúde.
 - V - **Confiabilidade e Segurança:** Através de um processo criterioso de credenciamento, é possível garantir que os fornecedores atendam a altos padrões de qualidade e segurança, essenciais para a eficácia do tratamento de hemodiálise.
- 9.4. Desta forma concluímos que a aquisição através de **Procedimento Auxiliar - CREDENCIAMENTO - operacionalizado por Chamamento Público** é a melhor opção para a administração pública, levando em consideração o acesso ao maior número de fornecedores, habilitando quantos forem necessários para o atendimento da necessidade existente, aumentando a concorrência no aspecto da qualidade sem com isso ultrapassar as previsões financeiras e orçamentárias, podendo ser de fácil mensuração e previsibilidade;
- 9.5. Para melhor direcionar a contratação de forma objetiva e eficaz para a administração, faz-se necessário enfatizar que trata-se de uma contratação de mercado fluido conforme preconiza o Art. 79, inciso III:
- "III" Em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação
- 9.6. **Critério para definição do vencedor**
- 9.7. Após o cumprimento de todas as etapas do credenciamento as empresas estarão credenciadas e habilitadas a participarem das disputas de preços
- 9.8. As disputas de preços poderão ocorrer mediante consulta por e-mail ou por sistema próprio a ser implantado na Secretaria.
- 9.9. O fornecedor será habilitado para fornecer os medicamento com base na melhor proposta apresentada, de acordo com os critérios de avaliação detalhados abaixo:
- 9.10. **Primeira rodada de lances (A)**
- 9.10.1. A primeira tentativa de compra será lançada com definição de prazo fixo, ficando as credenciadas cientes de que concorrerão pelo critério de menor preço e maior quantidade ofertada por item, até o limite da demanda da Secretaria.
- 9.10.2. Em caso de algum produto receber oferta com menor preço, mas com quantidade inferior à demanda da Secretaria de Estado da Saúde, o preço vencedor da cotação será lançado para que as demais credenciadas manifestem interesse em fornecer a quantidade remanescente pelo preço da proposta vencedora.
- 9.10.3. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado, será dada prioridade àquela que oferecer maior quantidade do item, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.
- 9.10.4. Havendo também empate na quantidade ofertada, além do que está disposto no item 9.10.3, será dada prioridade à credenciada que tiver o menor volume de vendas para a Secretaria de Estado da Saúde ao longo da vigência do respectivo edital de credenciamento.
- 9.10.5. Se ainda assim, considerando os itens 9.10.1. a 9.10.4, permanecer empatada a cotação do item, a ordem de prioridade será dada pela ordem cronológica do credenciamento.
- 9.11. **Segunda rodada de lances (B)**
- 9.11.1. Se, após a primeira rodada de lances (A), ainda houver remanescente de itens com demanda insatisfeita, a Secretaria de Estado da Saúde poderá abrir a segunda rodada de lances, ampliando o prazo de fornecimento, conforme a conveniência e oportunidade do interesse público.
- 9.11.2. Se qualquer credenciada ofertar a quantidade necessária pelo menor preço do item, será declarada vencedora e receberá a Autorização de Compra automaticamente.
- 9.11.3. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado, será dada prioridade àquela que oferecer maior quantidade do item, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.
- 9.11.4. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado e quantidade do item, será dada prioridade àquela que oferecer menor prazo de entrega, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.
- 9.11.5. Permanecendo o empate, além do que está disposto no item 9.11.4, será dada prioridade à credenciada que tiver o menor volume de vendas para a Secretaria de Estado da Saúde ao longo da vigência do respectivo edital de credenciamento.

9.11.6. Se ainda assim, considerando os itens 9.11.1 a 9.11.5, permanecer empatada a cotação do item, a ordem de prioridade será dada pela ordem cronológica do credenciamento.

9.12. Terceira rodada de lances (C)

9.12.1. Se, após a segunda rodada de lances (B), ainda houver remanescente de itens com demanda insatisfeita, a Secretaria de Estado da Saúde poderá abrir a terceira rodada de lances, ampliando o prazo de fornecimento, de acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público e fixando o preço máximo para compra por item.

9.12.2. Se qualquer credenciada ofertar a quantidade necessária pelo menor preço do item, será declarada vencedora e receberá a Autorização de Compra automaticamente.

9.12.3. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado, será dada prioridade àquela que oferecer maior quantidade do item, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.

9.12.4. Em caso de empate entre credenciadas no menor preço ofertado e quantidade do item, será dada prioridade àquela que oferecer menor prazo de entrega, até o limite máximo demandado pela Secretaria de Estado da Saúde.

9.12.5. Havendo também empate na quantidade ofertada, além do que está disposto no item 9.12.4, será dada prioridade à credenciada que tiver o menor volume de vendas para a Secretaria de Estado da Saúde ao longo da vigência do respectivo edital de credenciamento.

9.12.6. Se ainda assim, considerando os itens 9.12.1 a 9.12.5 permanecer empatada a cotação do item, a ordem de prioridade será dada pela ordem cronológica do credenciamento.

9.13. Emissão da nota de empenho ou ordem de fornecimento

9.13.1. Após a definição do vencedor a SESAU emitirá a nota de empenho ou ordem de fornecimento com as informações de descrição do medicamento, e prazo para entrega.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. Considerando a Lei 14.133/2021, na modalidade de credenciamento pode haver o parcelamento da solução a ser contratada pela administração pública;

10.2. O parcelamento pode ser feito de acordo com a natureza do objeto a ser contratado, os requisitos técnicos estabelecidos e a disponibilidade de recursos financeiros da administração pública;

10.14. De acordo com a Lei 14.133/2021, art. 79, § 2º, na modalidade de credenciamento, a administração pública poderá dividir o objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica ou economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala;

10.15. O parcelamento pode ser feito de acordo com os seguintes critérios:

a) **Objeto:** o objeto a ser contratado deve ser divisível em partes que possam ser executadas de forma independente, sem prejuízo da sua finalidade.

b) **Requisitos Técnicos:** os requisitos técnicos estabelecidos devem permitir o parcelamento do objeto, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

c) **Disponibilidade de Recursos:** a administração pública deve ter recursos financeiros disponíveis para a contratação de cada parcela.

10.16. O parcelamento do objeto a ser contratado pode trazer vantagens para a administração pública, como:

a) **Melhor aproveitamento dos recursos:** o parcelamento pode permitir que a administração pública contrate serviços de menor porte, o que pode ser mais eficiente do ponto de vista financeiro.

b) **Flexibilidade:** o parcelamento pode permitir que a administração pública ajuste o contrato de acordo com as necessidades específicas.

10.17. Ante o exposto, esta Setorial, **recomenda o parcelamento visto ser o mais vantajoso para a administração pública;**

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Muitos são os benefícios que o Estado de Rondônia pode alcançar com esta contratação dentre elas podemos destacar:

11.1.1. Economicidade:

a) Redução de Custos operacionais

b) Eliminação de processos licitatórios

c) Possibilidade de negociação com múltiplos fornecedores

d) Competição que naturalmente reduz preços

11.1.2. Recursos Humanos:

a) Otimização do Tempo de Equipe

b) Redução de processos burocráticos

c) Simplificação dos procedimentos de contratação

d) Maior tempo para atividades estratégicas

11.1.3. Recursos Materiais:

a) Controle de Estoque

b) Flexibilidade na contratação

c) Adequação precisa às necessidades

d) Redução de estoques ociosos

e) Seleção de fornecedores com padrões técnicos superiores

f) Garantia de conformidade com especificações técnicas

g) Rastreabilidade dos produtos

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. A administração pública deve escolher uma empresa que seja qualificada e que cumpra as normas sanitárias. A empresa deve apresentar um plano de trabalho que atenda às necessidades da administração pública, e deve utilizar produtos e equipamentos seguros;

12.2. A administração pública deve monitorar o desempenho da empresa contratada, verificando se os procedimentos estão sendo realizados dentro do estabelecido deste ETP;

12.3. Realizar a designação formal do Gestor do futuro contrato e do Fiscal, de modo a garantir segurança na execução do contratado e no regular trâmite administrativo do processo;

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Com o intuito de dar maior subsídio à pretensa contratação, esta setorial procedeu com a análise da solução adotada para atender demanda da unidade requisitante e as soluções disponíveis no mercado;

13.2. Assim sendo, foram localizados as seguintes contratações correlatas e/ou interdependentes:

PROCESSO	PREGÃO	ATA	DATA HOMOLOGAÇÃO	ITEM
0036.458599/2021-01	PE 829/2021 (0024193379)	0024488633	CANCELADA	
	PE 200/2022 (0028339756)	ATA 145/2022 (0029659266)	ED 115 PAG 67 21/06/2022 (0029810206)	1 ITEM ACEITO SOLUÇÃO ÁCIDA
		ATA 161/2022 (0029992699)	ED 121 PAG 94 29/06/2022 (0030050599)	1 ITEM ACEITO SOLUÇÃO BÁSICA
0036.006826/2023-70	PE 190/2023 (0036790096)	ATA 299/2023 (0043698693)	ED. 218 PAG 62 21/11/2023	1 ITEM ACEITO SOLUÇÃO ÁCIDA

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 14.1. Os medicamentos para hemodiálise são essenciais para a vida de muitos pacientes com insuficiência renal crônica, mas também pode ter alguns impactos ambientais. Aqui estão alguns deles:
- a) **Emissões de Gases de Efeito Estufa:** A fabricação das soluções requer energia, que pode resultar em emissões de gases de efeito estufa, dependendo da fonte de energia utilizada. Além disso, o transporte dessas soluções também contribui para emissões, especialmente realizadas por longas distâncias.
 - b) **Uso de Recursos Naturais:** A extração dos componentes químicos necessários para a fabricação das soluções pode impactar os recursos naturais, levando a desafios como a escassez de água e a degradação do solo.
 - c) **Efluentes Químicos:** Durante o processo de hemodiálise, essas soluções entram em contato com o sangue do paciente e, após o uso, precisam ser descartadas como resíduos biomédicos. Se não forem geridos adequadamente, podem poluir solos.
 - d) **Resíduos Sólidos:** Os recipientes e embalagens das soluções, muitas vezes de plástico, podem contribuir para a geração de resíduos sólidos, que, se não reciclados, podem poluir o meio ambiente.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

- 15.1. Esta equipe de planejamento declara esta contratação viável.
- 15.2. Após uma análise detalhada das modalidades de tratamento para pacientes com insuficiência renal, conclui-se que o **credenciamento de empresas fornecedoras de material de consumo (hemodiálise)** representa a alternativa mais viável para a administração pública. Onde, diversos fatores corroboram essa decisão, tanto no aspecto técnico quanto econômico e social.
- 15.3. Primeiramente, o credenciamento representa uma estratégia fundamental para garantir qualidade, segurança e eficiência no fornecimento de materiais de consumo para hemodiálise.
- 15.4. Outro ponto relevante é a descentralização do fornecimento. Ao habilitar múltiplos fornecedores, será possível atender uma maior diversidade de regiões. Isso amplia a capilaridade da aquisição e garante que mais pacientes possam receber o tratamento adequado sem sobrecarregar o sistema de saúde.
- 15.5. Por fim, o credenciamento permitirá uma maior flexibilidade na gestão de contratos e prestação de serviços, garantindo que a administração pública possa regular e fiscalizar de forma mais ágil e eficiente a qualidade dos serviços oferecidos à população.
- 15.6. Dessa forma, o credenciamento de fornecedores de material de consumo (hemodiálise) não apenas assegura uma alternativa economicamente vantajosa e tecnicamente eficiente, como também contribui para uma gestão pública mais sustentável, com foco na qualidade de vida dos pacientes e na eficiência do uso dos recursos públicos.

16. RESPONSÁVEIS

- 16.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Elaborador:
TIAGO DA SILVA LIMA
Assessor Técnico - **SESAU/GECOMP**

Revisor Técnico:
SEVERINO ALVES DA CRUZ JUNIOR
Assessor Técnico - **SESAU/GECOMP**

Revisora Técnica:
RAQUEL JORGE DA COSTA
Farmacêutica - **SESAU/GECOMP**

Revisora Técnica:
ANA RAFAELA SOUSA DOS SANTOS
Gerente de Compra - **SESAU/GECOMP**



Documento assinado eletronicamente por **Severino Alves da Cruz Junior, Assessor(a)**, em 07/01/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rafaela Sousa dos Santos, Gerente**, em 07/01/2025, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO DA SILVA LIMA, Assessor(a)**, em 07/01/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Jorge da Costa, Farmacêutico(a)**, em 07/01/2025, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0053176517** e o código CRC **9282F549**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

ANÁLISE DE RISCOS

Credenciamento para futura e eventual aquisição de material de consumo (HEMODIALISE) visando atender as necessidades e demandas do HOSPITAL DE BASE ARY PINHEIRO - HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC, HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE CACOAL - HEURO e CENTRO DE DIÁLISE DE ARIQUEMES - CDA, unidades gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO					
CONTROLE	RISCO	POSSÍVEIS CAUSAS	NÍVEL	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
Formação da Equipe Técnica para Elaboração do Chamamento Público	Estudos Preliminares incorretos	- Falta de pesquisa; falta de recursos humanos; nomeação de pessoas não qualificadas; curto prazo para realização do estudo.	Alto	- Equipe de planejamento deverá ser composta por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação trabalhista e dos procedimentos da contratação	Gerência/chefia imediata
	Estimativa inadequada de preços	- Desconhecer os meios para efetuar a pesquisa; - Especificações incorretas do serviço.	Média	- Treinamento e capacitação dos servidores; - Revisão da descrição do objeto por outro servidor com conhecimento técnico, além do requisitante	Gerência/chefia imediata
Verificação e Análise da Demanda	Elaboração do Termo de Referência inadequado	- Falta de capacitação dos servidores; - Sobrecarga de trabalho; - Desconhecimento técnico do requisitante	Média	- Capacitação dos servidores; - Remanejamento do quadro de pessoal do órgão; - Devolver para o demandante conferir e ratificar	Requisitante/Comissão de Planejamento

	Aquisição de serviços superior ou inferior às necessidades	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de planejamento ou levantamento inadequado das necessidades; - Equívoco por parte do requisitante. 	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe de planejamento deverá ser composta por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação trabalhista e dos procedimentos da contratação - Revisão dos processos no fluxo da Contratação 	Requisitante/Gerência/Comissão de Planejamento
Chamamento Público	Credenciamento sem apresentação de propostas	<ul style="list-style-type: none"> - Localidade; - Desvantagem econômica na execução do serviço 	Alta	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, visando os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, eficiência, do interesse público e etc... conforme Art. 5º da Lei 14.133/2021 	Agente de Contratação/Equipe de Apoio
	Aceitação de proposta inexequível	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de experiência do pregoeiro/agente de contratação; - Falta de atenção do pregoeiro/agente de contratação e equipe de apoio 	Média	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento de Pregoeiro/Agente de Contratação e Equipe de Apoio 	Equipe da contratação
	Fraude	<ul style="list-style-type: none"> - Má fé da empresa; - Formação de cartel 	Alta	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de ações de compliance. 	Equipe da contratação e Direção
	Impugnação ao Edital	<ul style="list-style-type: none"> - Edital mal elaborado; - Falta de atenção às normas de legislações vigentes ao elaborar o edital - Divergência entre o TR e o Edital 	Alta	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de modelos confiáveis; - Criar um nível de revisão e supervisão do Edital 	Requisitante/Comissão de Planejamento/Agente de Contratação e Equipe de Apoio

	Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o contrato;	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de análise criteriosa da qualificação econômico-financeira da empresa; - Falta de avaliação da capacidade técnica da empresa 	Média	<ul style="list-style-type: none"> - Análise da qualificação econômico-financeira deve ser feita por servidor que possua conhecimento técnico de balanço patrimonial. - Exigir atestado de capacidade técnica de dois ou mais Órgãos 	Equipe de Apoio
Contrato	Formalização incorreta do Termo Contratual - Erros de digitação	Minuta do Contrato elaborado no Edital.	Média	- Criar nível de revisão dos procedimentos	Área Jurídica
	Registro inadequado das ocorrências no posto de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de treinamento e orientação aos servidores por parte da contratada; - Falta de atuação do Fiscal não conferindo se os registros são devidamente anotados 	Média	<ul style="list-style-type: none"> - Exigir que a Contratada treine e oriente seus funcionários sobre as exigências do Edital; Treinamento da equipe de fiscalização 	Gestão e Fiscalização do Contrato
	Uso de força desproporcional à ocorrência	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de treinamento dos servidores 	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - Exigir que a Contratada proporcione treinamento periódico aos seus funcionários sobre as práticas adequadas de abordagem 	Gestão e Fiscalização do Contrato
	Execução do objeto contratual em desacordo com o contrato	<ul style="list-style-type: none"> - Fraude; - Gestão e Fiscalização inadequada ou ausente 	Média	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar a equipe de fiscalização do Contrato de forma a poder reconhecer as fraudes com maior facilidade, e cobrar que o objeto do contrato seja executado de forma correta. 	Gestão e Fiscalização do Contrato

Gestão e Execução do objeto do contrato	Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à contratada.	Falta de gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato, por parte do responsável.	Baixo	- Controlar o empenho e seu saldo desde o início do contrato	Gestão e Fiscalização do Contrato
	Impunidade da Empresa que comete fraude ou descumprimento contratual	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de acompanhamento do Fiscal e Gestor do Contrato para cada falta cometida; - Consequente falta de abertura de processo de penalização; - Processo de penalização concluído, sem devido registro no SICAF e CADIN, no que couber 	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização eficiente do contrato; - Envio de notificações cobrando sobre os descumprimentos de cláusulas contratuais; - Se necessário, abertura de processo de penalização; - Inclusão no SICAF e quando couber, no CADIN, da empresa penalizada 	Gestão e Fiscalização do Contrato
	Prejuízo orçamentário para a Administração	<ul style="list-style-type: none"> - Rescisão Contratual por inexecução do objeto; - Objeto mal executado acarretando desperdício ou dano ao erário 	Alto	- Fiscalização eficiente do Contrato	Gestão e Fiscalização do Contrato
	Corrupção dos agente da contratada	<ul style="list-style-type: none"> - Venda de informações; - Favorecimento do acesso ao local para fins ilícitos 	Alto	- Reforças as orientações sobre o Código de Ética que deve ser repassado aos seus funcionários	Gestão e Fiscalização do Contrato
	Fraude na documentação trabalhista apresentada	<ul style="list-style-type: none"> - Má fé da Empresa; - Má fé dos funcionários da empresa 	Média	- Treinamento sobre reconhecimento de fraudes para os servidores que participam do processo de contratação	Gestão e Fiscalização do Contrato
	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e reconhecimento de FGTS	<ul style="list-style-type: none"> - Má fé da Empresa; - Gestão e Fiscalização administrativa inadequada ou ausente 	Média	- Fiscalização ativa e efetiva na conferência da documentação	Gestão e Fiscalização do Contrato

SEVERINO ALVES DA CRUZ JUNIOR
Assessor Técnico - VIII - GECOMP/SESAU
Responsável pela Gerência de Procedimentos Auxiliares - **GPACC**
Credenciamento, PMI, MIP, Diálogo Competitivo e Pré-Qualificação

VINICIUS WARWICK PROCOPIO FEITOSA
Assessor Técnico - GECOMP/SESAU



Documento assinado eletronicamente por **Severino Alves da Cruz Junior**, **Assessor(a)**, em 29/01/2025, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Warwick Procópio Feitosa**, **Assessor(a)**, em 29/01/2025, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0056841288** e o código CRC **FEA84F4C**.